

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Curso de Pós-Graduação em Economia - CAEN

O SIMPLES E A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO  
SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO NO  
PERÍODO 1985-2003

Antônio Suerlilton Barbosa da Silva

FORTALEZA – CEARÁ  
2006  
Antônio Suerlilton Barbosa da Silva

# O SIMPLES E A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO NO PERÍODO 1985-2003

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia, área de concentração em Economia de Empresas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Bosco de Almeida.

FORTALEZA – CE

Silva, Antônio Suerlilton Barbosa da  
O SIMPLES e a Geração de Empregos no Setor Manufatureiro  
Brasileiro no Período 1985-2003/Antônio Suerlilton Barbosa da  
Silva.- Fortaleza, 2006.

67 f.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Curso de  
Pós-Graduação em Economia – CAEN.

1. SIMPLES 2. Empregos 3. Setor Manufatureiro  
4. Micro e Pequenas Empresas 5. 1985-2003 I. Título

CDD – 338.9

ANTÔNIO SUERLILTON BARBOSA DA SILVA

# O SIMPLES E A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO NO PERÍODO 1985-2003

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia, área de concentração em Economia de Empresas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2006

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Manoel Bosco de Almeida (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Francisco de Assis Soares, Livre Docente  
Membro da Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto  
Membro da Comissão Examinadora

Aos meus Pais – Sebastião Barbosa da Silva e Maria do Socorro da Silva e  
Irmãos – Suely, Suêrda, Suerlina, Swelliton e Sebastião Filho.

## AGRADECIMENTOS

É certo que todo o conteúdo desse trabalho de pesquisa em forma de dissertação é de minha inteira responsabilidade, no entanto, a sua realização seria impossível sem a inestimável ajuda de muitos.

No campo intelectual, sou extremamente grato a todos os autores utilizados nessa pesquisa e que estão presentes na referência bibliográfica final.

Na academia, agradeço em especial ao Professor Manoel Bosco de Almeida que, muito além de orientador acadêmico, sempre presente em todas as etapas de realização deste trabalho, contribuiu decisivamente para a discussão dos temas aqui tratados. Sempre exigente quanto à clareza da apresentação final do trabalho, pude sempre contar com suas sugestões, apoio e ajuda intelectual.

Ainda, a contribuição de todos os professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC) foi decisiva. O enriquecimento dado à dissertação pelos comentários e sugestões dos professores Francisco de Assis Soares e Paulo de Melo Jorge Neto, membros da banca examinadora da dissertação, foi importante. Lembro, também, a ajuda de bastidores da funcionária Carmem Maria Rodrigues e ao Francisco Gomes Martins (Bibi);

Sou grato à ajuda dada pelo professor Fred Leite Siqueira Campos, do CEFET-PR.

Durante a “pesquisa” contei com o importante apoio do MTE/SINE-CE na pessoa do Júnior Macambira que me recebeu, que respondeu e que me disponibilizou todas as informações fundamentais para o Trabalho como um todo.

Agradeço, também, à Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), em especial, a Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro.

Agradeço a toda minha família (pai, mãe, irmãos e irmãs) que sempre soube incentivar as minhas idéias e o meu caminhar.

Por fim, um agradecimento muito especial ao meu amigo Edson Virgínio e a minha amiga Nádia Maria de Oliveira Guedes.

*“Se pedirdes Deus vos dará. Se buscardes Deus vos fará encontrar. Se baterdes Deus vos abrirá a porta. Tudo que pedirdes recebereis de Deus. O que buscais encontrareis em Deus.”*

*(Lucas, 11, 9)*

RESUMO

VIII

No Brasil, o governo federal tem adotado políticas voltadas para as Micro e Pequenas Empresas (MPes) destacando-se, em 1984, o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e, em 1996, o SIMPLES. O presente trabalho tem por objetivo analisar o SIMPLES e seus efeitos em termos de número de estabelecimentos e de empregos no Setor Manufatureiro Brasileiro no período de 1985 a 2003 e sub-períodos 1985-1990; 1990-1995 e 1995-2003, em nível nacional e regional. A base de dados utilizada é a base da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para a análise foram utilizadas a estatística descritiva e a análise de regressão (Método dos Mínimos Quadrados Ordinários). Neste último caso o objetivo é testar a relação entre emprego (variável dependente) e o número de estabelecimentos, localização geográfica, salário médio e o SIMPLES. Os resultados da análise descritiva indicam que para o período 1985-2003, as MPes apresentaram, tanto para o país como para as regiões, um crescimento bem superior ao das firmas de outros portes, no que se refere a total de estabelecimentos e mão-de-obra absorvida. Em termos de região e de país, destaca-se o Centro-Oeste, apresentando a maior taxa de crescimento, em termos de firmas como de emprego. Verifica-se ainda que o maior crescimento dessas empresas foi registrado no sub-período 1995-2003, após a implantação do SIMPLES, indicando o papel do mesmo na geração de emprego. Por outro lado, os resultados da regressão mostram que, em particular para o sub-período 1995-2003 e para as MPes, que a presença do SIMPLES e a localização geográfica dos estabelecimentos, tem papel importante na geração de emprego. O mesmo é verdadeiro em relação ao número de estabelecimentos. Os coeficientes estimados mostraram-se estatisticamente significantes e positivos para o referido sub-período e para aquele grupo de tamanho, corroborando as estatísticas descritivas apresentadas neste trabalho. Os resultados obtidos devem ser encarados mais como um indicativo do que uma conclusão definitiva. Isso porque existem certas limitações a serem levadas em consideração em trabalhos futuros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Micro e Pequenas Empresas, Setor Manufatureiro, Empregos, SIMPLES.

ABSTRACT



In Brazil, policies by the federal government to support the Micro and Small Companies (MPEs) has been adopted such as the Statute of the Micro enterprise in 1984 and, in 1996, the SIMPLES. The present work has for objective to analyze the SIMPLES and its effect in terms of number of establishments and jobs creation in the Brazilian Manufacturing Sector in the of 1985-2003 period and 1985-1990; 1990-1995 and 1995-2003 sub-periods, at national and regional levels. The database used is from RAIS of the Ministry of the Labor and Employment (MTE). For the analysis descriptive statistics and analysis of regression had been used (Ordinary Least Square). In this last case the objective is to test the relation between job creation (dependent variable) and the number of establishments, geographic localization, average wage and the SIMPLES. The results of the descriptive analysis indicate that for period 1985-2003, the MPEs had presented, as much for the country as for the regions, higher growth rate of firms and absorbed labor. In terms of region, the Center-West presents the higher rate of growth, in terms of firms an of job. The result also shows that rates of growth for the MPEs were higher for the 1995-2003 sub-period, indicating the role of the SIMPLES for job creation. On the other hand, the regressions results shows that, in particular for the 1995-2003 sub-period and for the MPEs, that SIMPLES and geographical location has an important role to play in job creation. The same is true in relation to the number of establishments. The estimated coefficients were statistically significant and positive for that sub-period and that group of size. This result corroborates that of the descriptive statistics. These results must be seen more as indicative than as definitive conclusion. This because some limitations exist and have to be worked out in future works.

Keywords: Micro and Small Companies, Manufacturing Sector, Jobs, SIMPLES.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**COFINS** – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
**CSLL** – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido  
**EPP** – Empresa de Pequeno Porte  
**FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICMS** – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços  
**INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Social  
**IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados  
**IRPJ** – Imposto de Renda Pessoa Jurídica  
**ISS** – Imposto sobre Mercadorias e Serviços  
**ME** – Microempresa  
**MPE's** – Micro e Pequenas Empresas  
**MTE** – Ministério do Trabalho e do Emprego  
**ORTN** - Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional  
**OTN** - Obrigação do Tesouro Nacional  
**PASEP** – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
**PIS** – Programa de Integração Social  
**RAIS** – Relação Anual das Informações Sociais  
**SEBRAE** – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SIMPLES** – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte  
**SRF** – Secretaria da Receita Federal

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO ECONÔMICO.....</b>	<b>6</b>
1.1 CONCEITUAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	6
1.2. A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	8
1.3 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL.....	12
<b>CAPÍTULO II - AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO.....</b>	<b>17</b>
2.1 ASPECTOS GERAIS DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL.....	17
2.2 DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO POR PORTE E REGIÃO.....	19
2.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS NAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO POR PORTE E REGIÃO.....	20
2.4. TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS DO SETOR MANUFATUREIRO POR PORTE E REGIÃO.....	22
2.5. CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR PORTE E REGIÃO.....	24
2.6. CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR PORTE E REGIÃO.....	30
<b>CAPÍTULO III - O SIMPLES E A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO NO PERÍODO 1985-2003.....</b>	<b>40</b>
3.1	O
SIMPLES.....	40
3.2. A TRIBUTAÇÃO PELO SIMPLES.....	41
3.3 EVIDÊNCIAS DO EFEITO DO SIMPLES.....	44
3.3.1 O IMPACTO DO SIMPLES NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	44
3.4 A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DAS MPE'S.....	48
<b>CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE IMPACTO DO SIMPLES SOBRE O EMPREGO.....</b>	<b>55</b>
4.1 AMOSTRA DISPONÍVEL.....	55
4.2 VARIÁVEIS DO MODELO ECONOMÉTRICO.....	55
4.3 EMPREGO E SALÁRIO COMO VARIÁVEIS DE DIFERENCIAÇÃO REGIONAL.....	56
4.4 Mudança Estrutural.....	59
5.	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>6</b>
4	
6. Referências Bibliográficas.....	67

### LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	7
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS FIRMAS NO BRASIL, EM RELAÇÃO AO PORTE.....	13
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS EMPRESAS DO BRASIL, EM RELAÇÃO AO PORTE.....	14
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS FIRMAS E DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO 1985-2003.....	18
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS FIRMAS DO SETOR MANUFATUREIRO POR PORTE NAS REGIÕES BRASILEIRAS 1985 2003.....	19
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS NAS FIRMAS DO SETOR MANUFATUREIRO POR PORTE NAS REGIÕES BRASILEIRAS 1985-2003.....	21
TABELA 7 - TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS DO SETOR MANUFATUREIRO POR PORTE E POR REGIÃO 1985 – 2003.....	23

TABELA 8 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS FIRMAS DO SETOR MANUFATUREIRO POR REGIÃO (EM %) 1985 – 2003.....	24
TABELA 9 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO POR REGIÃO E POR PORTE (EM %) 1985 – 2003.....	31
TABELA 10- ALÍQUOTAS DO SIMPLES, POR FAIXA DE RECEITA BRUTA, PARA AS MPES (%)......	42
TABELA 11 - COMPARAÇÃO DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICADO ÀS MPES, ANTES E DEPOIS DA INSTITUIÇÃO DO SIMPLES.....	43
TABELA 12 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS DE 1985, 1990, 1995 E 2003 (EM MIL).....	45
TABELA 13 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE FIRMAS NO BRASIL NOS ANOS DE 1985, 1990, 1995 E 2003.....	46
TABELA 14 - VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO.....	46
TABELA 15-MICRO E PEQUENAS EMPRESAS POR REGIÃO E TAMANHO DE ESTABELECIMENTO.....	48
TABELA 16- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS POR REGIÃO.....	49
TABELA 17 -VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO.....	51
TABELA 18- VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO.....	53
TABELA 19- DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS PARA O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, INDEPENDENTE DO PORTE, E PARA AS MPES DO SETOR MANUFATUREIRO.....	57
TABELA 20 - DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS PARA O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, INDEPENDENTE DO PORTE, E PARA AS MPES DO SETOR MANUFATUREIRO.....	58
TABELA 21- DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS PARA O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, INDEPENDENTE DO PORTE, E PARA AS MPES DO SETOR MANUFATUREIRO.....	59
TABELA 22- DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS PARA O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, INDEPENDENTE DO PORTE, E PARA AS MPES DO SETOR MANUFATUREIRO.....	61

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DAS FIRMAS, DE ACORDO COM O PORTE, NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (%)......	14
GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DAS FIRMAS, DE ACORDO COM O PORTE NA GERAÇÃO DE EMPREGOS NO BRASIL (%)......	15
GRÁFICO 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO NORTE.....	26
GRÁFICO 4 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO NORDESTE.....	27
GRÁFICO 5 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO SUDESTE.....	28
GRÁFICO 6 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO SUL.....	29
GRÁFICO 7 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO CENTRO-OESTE.....	29
GRÁFICO 8 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO.....	30
GRÁFICO 9 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO NORTE.....	33
GRÁFICO 10 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO NORDESTE.....	34
GRÁFICO 11 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO SUL.....	35
GRÁFICO 12 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO SUDESTE.....	36

GRÁFICO 13 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO DA REGIÃO CENTRO-OESTE.....	37
GRÁFICO 14 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO.....	38

#### LISTA DE QUADRO

QUADRO 1: CLASSIFICAÇÃO POR PORTE E TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS.....	8
QUADRO 2 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTE E EXPLICATIVA.....	56

## INTRODUÇÃO

A instituição de um novo padrão industrial – denominado por alguns autores de pós-fordista – trouxe à tona um aumento do interesse pelo estudo do comportamento das micro e pequenas empresas (doravante, MPEs), influenciado, de um lado, pelo movimento de desverticalização da atividade produtiva e, de outro, a associação às empresas de menor porte de características intrínsecas, reunidas sob a noção genérica de flexibilidade, que se coadunariam melhor ao paradigma tecnológico em vigor.

Para Villela (1994), ainda que a importância das MPEs diga respeito a diversas dimensões de uma política industrial moderna, sua relação com a variável emprego tem atraído a maior parte da atenção dos analistas.

A partir da divulgação, em 1987, dos resultados de uma pesquisa de David Birch, intitulada *Job creation in América: how our smallest firms put the most people to work*, difundiu-se uma crença generalizada de que as MPEs poderiam vir a se tornar o centro dinâmico das economias industriais maduras, funcionando, ao mesmo tempo, como principais absorvedoras da mão-de-obra.

Experiências internacionais têm mostrado que as micro e pequenas empresas representam um setor da economia de grande influência para a criação de postos de trabalho e geração de renda em todos os países de economia aberta do mundo, a exemplo dos Estados Unidos, onde tais empresas responderam por 76,5 % dos novos postos de trabalho criados entre 1990 e 1995, e da Comunidade Econômica Européia, onde as empresas com até 100 empregados responderam pela criação de cerca de 259 mil empregos por ano, no mesmo período, superando o crescimento verificado nas empresas maiores (PUGA, 2000).

Seguindo a tendência mundial, as MPEs no Brasil também têm destaque na geração de emprego e renda. Em 2003, os percentuais para as MPEs representavam 98,64% do total de estabelecimentos, gerando 46,41% do total de empregos; já as empresas de médio

e grande porte detinham 1,36% do total de estabelecimentos e 53,59% do total de vínculos empregatícios (RAIS 2003).

As políticas de incentivo que incluem uma legislação tributária diferenciada para as micro e pequenas empresas, programas de crédito para o setor, além da capacitação técnica e empreendedora têm contribuído para o crescimento das MPEs.

Uma importante legislação tributária adotada no final dos anos 90 simplificou e reduziu bastante a carga tributária sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive no que diz respeito aos encargos trabalhistas. Trata-se da criação, em 1996, do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro daquele ano. Segundo informações disponíveis no “site” da Secretaria da Receita Federal, o SIMPLES está em vigor desde 1º de janeiro de 1997. Consiste no pagamento unificado dos seguintes impostos e contribuições: IRPJ, PIS, COFINS, CSLL, INSS Patronal e IPI (se for contribuinte do IPI).

No presente trabalho, será feita uma análise da importância das micro e pequenas empresas do setor manufatureiro brasileiro, destacando-se a participação das mesmas por região, além da sua contribuição para a geração de emprego. Outro ponto a ser analisado será a atuação do SIMPLES como política de apoio às MPEs e seus efeitos tanto no número de estabelecimentos criados quanto a geração de postos de trabalho.

Dentre as explicações buscadas para entendermos esse vigoroso aumento no número de vínculos formais nos estabelecimentos de pequeno porte e essa forte expansão do número de micro e pequenas empresas, acreditamos ser, dentre as várias aventadas, a criação, em 1996, do SIMPLES, a mais plausível já que sustentadas por evidências mais robustas. Justificada pela descrição da simplificação e da redução da carga tributária trazidas por esse sistema que deixou claras suas vantagens principalmente para as microempresas, reduzindo fortemente o que pagariam pelo regime alternativo de lucro presumido.

A metodologia utilizada baseia-se na análise de bibliografias a respeito das MPEs e do SIMPLES. Além disso, foram utilizados dados referentes ao número de vínculos empregatícios, número de estabelecimentos e salário médio, da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, entre 1985 e 2003 – utilizados na análise da importância da micro e pequena empresa do setor manufatureiro do País.

O trabalho compõe-se de quatro capítulos. O primeiro realiza uma abordagem sobre as micro e pequenas empresas, referente às suas características, bem como à sua importância, nos contextos mundial e nacional, onde são enfocadas experiências práticas

ligadas às políticas de apoio que têm sido implementadas, ao longo dos últimos anos, em diversos países. O segundo capítulo analisa a importância das micro e pequenas empresas do setor manufatureiro brasileiro no período 1985-2003, destacando o crescimento de sua participação na composição das empresas e na absorção da mão-de-obra economicamente ativa, por meio de análise regional. O terceiro capítulo, dentre as políticas voltadas às micro e pequenas empresas no Brasil, faz uma análise do SIMPLES, no que se refere à concepção, características e o seu impacto no mercado de trabalho. O quarto capítulo discute o impacto do SIMPLES na criação de estabelecimentos e postos de trabalho, incluindo-se uma análise econométrica simples da relação entre o número de estabelecimentos, localização geográfica, salário médio e a geração de empregos (variável dependente).

## CAPÍTULO I - AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO ECONÔMICO

### 1.1 – Conceituação de Micro e Pequenas Empresas<sup>1</sup>

Apesar das evidências com relação à importância das MPEs na economia de um País, um dos problemas mundiais, quando da adoção de políticas para o setor de micro e pequenas empresas refere-se à questão de definição de tamanho, isso porque existem diferentes definições com respeito ao porte das empresas (ora baseando-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos), não existindo, portanto, um padrão único. A classificação quanto ao tamanho das micro e pequenas empresas pode variar de um País para outro; dentro de um País, como por exemplo o Brasil, que possui grandes dimensões territoriais e marcantes distinções econômico-sociais<sup>2</sup>; e também de acordo com o setor no qual as empresas estão em atividade.

Uma classificação proposta pela OCDE define como microempresas aquelas que empregam até 19 empregados; pequenas empresas, que empregam de 20 a 99 empregados; de 100 a 499, médias empresas; e de grande porte as que empregam acima de 500 trabalhadores. Essa definição proposta pela OCDE tem como objetivo padronizar as classificações de cada País, com o intuito de facilitar comparações internacionais (VILLELA, 1994).

No Brasil, verifica-se que os critérios que definem a classificação do porte das empresas em micro e pequenas são diferenciados em cada instrumento jurídico criado. O

---

<sup>1</sup> São características das micro e pequenas empresas: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade; demográfica elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte (IBGE, 2003).

<sup>2</sup> Isto é particularmente verdadeiro para o caso das MPEs.



BNDES, o Estatuto da Microempresa e o SIMPLES baseiam-se na receita bruta das empresas como forma de classificação; a RAIS utiliza os dados sobre o número de empregados para definir o tamanho das mesmas. O SEBRAE também usa o último critério, mas aplicando de forma diferente quanto ao setor, ou seja, para a indústria e o comércio, é considerada microempresa o estabelecimento que gerar até 19 postos de trabalho e pequena empresa quando emprega de 20 a 99 trabalhadores; para o setor de serviços, microempresa é aquela que emprega até 09 trabalhadores e pequena aquela que tem de 10 a 49 vínculos empregatícios. A Tabela 1 a seguir sintetiza os critérios adotados para enquadramento de micro e pequenas empresas no Brasil.

TABELA 1: Definição de Micro e Pequenas Empresas<sup>3</sup>

Jurisdição	Forma de classificação	Micro	Pequena
BNDES	Receita bruta	R\$ 1.200 mil	R\$ 10.500 mil
Estatuto da Microempresa	Receita bruta	R\$ 433,7 mil	R\$ 2.133,2 mil
SIMPLES	Receita bruta	R\$ 120 mil	R\$ 1.200 mil
RAIS	Vínculos empregatícios	Até 19	20 – 99
SEBRAE			
<i>Indústria</i>		Até 19	20 – 99
<i>Comércio e serviços</i>	Vínculos empregatícios	Até 09	10 – 49

Fonte: MTE/RAIS, 2002; SEBRAE, 2005; BNDES, 2005.

Com isso, uma empresa que é considerada pequena para o Estatuto da Microempresa ou até mesmo para o SIMPLES, é considerada micro de acordo com a legislação do BNDES. Este utiliza um critério para definir o tamanho das empresas que é quase cinco vezes maior que o Estatuto e dez vezes maior que o SIMPLES.

Devido às divergências que ocorrem quanto à classificação das empresas, a implementação de políticas voltadas ao setor em um mesmo País pode ficar comprometida, em função da questão de definição do tamanho das empresas que poderão ser beneficiadas em nível estadual ou municipal. Isto porque governos estaduais e locais podem alegar que os benefícios propiciados por tais políticas poderão comprometer as arrecadações dos impostos.

Em função desse fato, existem inúmeras classificações locais criadas por políticas isoladas, voltadas ao setor de micro e pequenas empresas, dificultando assim, a caracterização

<sup>3</sup> De acordo com o IBGE (2003), o critério de classificação das MPEs por número de pessoas ocupadas não leva em conta as diferenças entre atividades com processos produtivos distintos, uso intensivo de tecnologia da informação (Internet, *e-commerce*, etc.) e/ou forte presença de mão-de-obra qualificada, podendo ocorrer em algumas atividades a realização de alto volume de negócios com utilização de mão-de-obra pouco numerosa, como é o caso do comércio atacadista, das atividades de informática e dos serviços técnico-profissionais prestados às empresas (atividades jurídicas, de contabilidade, consultoria empresarial, etc.).

das MPEs. No presente trabalho considerar-se-á a classificação completa da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, apresentada abaixo.

**QUADRO 1: Classificação por Porte e Tamanho dos Estabelecimentos**

Porte	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa
Nº de Empregados	0 a 4	20 a 49	100 a 249	mais de 500
	5 a 9	50 a 99	250 a 499	
	10 a 19			

Fonte: MTE/RAIS

Em síntese, a adoção de critérios para a definição do tamanho das empresas constitui importante fator de apoio às empresas de micro e pequeno porte, permitindo que as mesmas, quando classificadas dentro dos limites estabelecidos, possam usufruir os benefícios e incentivos previstos nas legislações que dispõem sobre o tratamento diferenciado ao segmento, e que buscam alcançar objetivos prioritários de política, como o aumento das exportações, a geração de emprego e renda, a diminuição da informalidade dos pequenos negócios, entre outras (SEBRAE, 2005).

## 1.2 A importância das micro e pequenas empresas e suas experiências internacionais

Experiências internacionais têm mostrado que as micro e pequenas empresas representam um setor da economia de grande influência para a criação de postos de trabalho e geração de renda em todos os países de economia aberta do mundo.

De acordo com Amaral Filho (2005) nas últimas duas décadas registrou-se um aumento do interesse mundial pelo setor, incluindo desde o setor público, universidades, terceiro setor, dentre outros, em função da multiplicação da abertura de empresas de pequeno

porte, e conseqüente aumento de postos de trabalho nessas empresas, em oposição às grandes corporações.

Segundo Villela (1994) as empresas de pequeno porte possuem determinadas características que, no estágio atual de desenvolvimento do sistema capitalista, conferem-lhes um grau de importância que não possuíam há algumas décadas recentes, incluindo diferenciais de competitividade, flexibilidade, complementaridade com as grandes empresas, capacidade exportadora e geração de empregos.

Para Tandler (2002) o estímulo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas no país é importante. Entretanto, o mesmo é visto mais como questão social do que econômica. Dessa forma, as políticas públicas, muitas vezes, estimulam a informalidade das empresas, aumentando o seu passivo trabalhista, ambiental e social, pelo não cumprimento da legislação pertinente.

Sendo assim, é um consenso a hipótese de que as micro e pequenas empresas detêm uma posição privilegiada no mercado de trabalho, justificando ações governamentais que potencializam sua capacidade de criar empregos.

Até o final dos anos de 1970, as empresas de grande porte eram vistas como o principal motor de uma economia, enquanto que as micro e pequenas eram consideradas unidades que produziam em escala ineficiente, com baixa produtividade e que ofereciam reduzidos salários para os trabalhadores. Até então, acreditava-se que as microempresas iriam desaparecer com o desenvolvimento das economias industrializadas. Porém, isso não ocorreu e, a partir dos anos de 1980, a visão sobre o papel das MPEs na economia de um país começou a mudar (PUGA, 2002).

O tradicional modelo de eficiência empresarial, centrado nas grandes corporações, com elevado grau de verticalização e auto-suficiência, além de uma estrutura rígida e hierarquizada aos poucos está dando lugar a outro, qual seja o fenômeno da desverticalização, sistema de produção flexível, o qual possibilita uma melhor distribuição geográfica de um número cada vez maior de micro e pequenas empresas. Esse fenômeno, que vem ocorrendo nas últimas décadas, favorece o surgimento das empresas de pequeno porte através do desenvolvimento, pelas grandes empresas, de estratégias competitivas baseadas na relação de cooperação com empresas menores e mais ágeis.

Entre os fatores que levaram a essa desverticalização da produção destacam-se o aumento no grau de complexidade dos produtos, a maior eficiência em determinadas etapas do processo de produção e as deseconomias de escala. Como resultado, as empresas de micro

e pequeno porte passaram a desempenhar atividades anteriormente realizadas pelas empresas maiores.

Em vários países, evidencia-se a importância das micro e pequenas empresas como um setor da economia de grande influência na criação de postos de trabalho e na geração de renda. De acordo com Barros (1973, p. 28), “a presença da pequena e média indústria tem-se constituído em fator básico para o fortalecimento industrial e o preenchimento de uma importante lacuna social, que é a absorção da mão-de-obra”.

A Itália segue como principal referência no estudo da importância das MPEs para a economia de um País por fornecer exemplos de processos de reestruturação produtiva bem sucedidos frente às mudanças nos cenários mundiais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, uma severa crise afetou a indústria têxtil italiana. Segundo Almeida (2003), os altos custos da mão-de-obra, as altas taxas de juros, os financiamentos inadequados, as severas deficiências na estrutura produtiva do setor e a fragmentação das redes de distribuição da produção, eram apontados como fatores importantes para a crise no setor. Como consequência dessa crise, o setor industrial italiano teve uma redução nos níveis de emprego, uma perda de competitividade de suas indústrias, além de falências de empresas de pequeno e grande porte (ALMEIDA, 2003).

Ainda de acordo com Almeida (2003) no final dos anos de 1980, a indústria têxtil da Itália começou a se reestruturar através do desmembramento das grandes fábricas e da criação de uma vasta rede de pequenas e médias empresas especializadas. O resultado disso foi que o País se tornou um dos maiores exportadores mundiais de produtos têxteis e confecções, havendo conquistado, já no ano de 1988, cerca de 10% do mercado mundial de têxteis. Desse modo, o governo passou a ver as micro e pequenas empresas como uma forma de dinamizar a economia do país, além de considerá-las um instrumento importante para a diminuição das desigualdades regionais.

Políticas de apoio voltadas para a atividade exportadora das MPEs, através de consórcios de exportação e de financiamentos obtidos pelos bancos locais e cooperativas de crédito, são os destaques dessas políticas, existindo ainda, os programas voltados para a criação de empresas nas áreas menos desenvolvidas do País.

A Dinamarca, ao contrário da Itália, nunca desenvolveu uma percepção estratégica da verdadeira importância de suas MPEs como fonte de dinamismo e de revitalização da economia nacional. A ideologia predominante do governo era a de que o futuro da economia dinamarquesa estava na organização industrial baseada na produção em massa, conforme ensinava a doutrina do fordismo-taylorismo. Para o governo, as MPEs eram

consideradas uma cultura industrial em extinção, devendo ser substituída por organizações produtivas de grande escala (ALMEIDA, 2003).

Porém, com a crise dos sistemas fordistas-tayloristas nos anos de 1960, toda a economia do país foi afetada, e as empresas de grande porte foram muito mais afetadas que as pequenas e médias. Com isso, enquanto as grandes empresas fechavam, as micro e pequenas expandiam-se rapidamente, empregando um crescente contingente de mão-de-obra.

Atualmente, a Dinamarca tem como uma das características da sua economia o fato de depender das atividades das micro e pequenas empresas, onde as mesmas correspondem 99% do total de estabelecimentos e a grande maioria da população, 60%, trabalha em tais empresas (ALMEIDA, 2003).

No Reino Unido, as micro e pequenas empresas constituem uma parte significativa de sua atividade econômica. Em 1979, a taxa de emprego nas micro e pequenas empresas do país representava 7% enquanto que na Comunidade Européia a mesma era de 11%. Na década seguinte, em 1989, essa mesma taxa para o Reino Unido era de 12% e para a Comunidade Européia, de 13%. Isso significa que durante a década de 1980, o surgimento de micro e pequenas empresas foi quase quatro vezes maior no Reino Unido do que em toda a Comunidade Européia (BURNS; DEWHURST, 1996).

Outros países, assim como Alemanha, Estados Unidos e Índia, também tiveram suas economias beneficiadas pelo processo de dinamismo das micro e pequenas empresas. Nos países asiáticos, existem experiências de apoio governamental às MPEs. Em Taiwan, a partir da década de 1960, o governo passou a concedê-las empréstimos, além de fornecer apoio técnico para a obtenção de tecnologias internacionais objetivando a exportação (PUGA, 2000). No Japão, o apoio às micro e pequenas empresas teve início logo após o término da Segunda Guerra Mundial, primeiro, como forma de prevenir a concentração do poder econômico em um pequeno número de grandes empresas, e depois porque o governo japonês reconhecia o papel das MPEs como criadoras de empregos.

Na Espanha, a partir de 1996, o Governo espanhol deu início a um amplo programa de reforma da legislação trabalhista e flexibilização do mercado de trabalho, bem como de austeridade fiscal, com controle de gastos e privatização de empresas. Uma especial atenção foi dada às MPME's, tendo em vista a sua importância para a economia espanhola e o seu papel na geração de emprego e renda (DGPYME, 2000).

O apoio às MPME's mexicanas ganhou impulso após a crise do país em dezembro de 1994. Em 1995, o governo lançou o Programa de Política Industrial e de Comércio Exterior (PPICE). O PPICE deu ênfase especial às MPME's. O apoio a essas empresas passou

a ser visto no âmbito de uma estratégia de substituição de importações, sendo priorizadas iniciativas voltadas para inserção das MPME's nas cadeias produtivas, como fornecedoras de grandes empresas. Ainda nesse ano, foi criado o Conselho Nacional das MPME's, constituído por entidades públicas, bancos de desenvolvimentos e organizações privadas representativas das empresas de menor porte. A finalidade do Conselho é promover a eficiência dessas empresas e fortalecer as cadeias produtivas, vinculando as MPME's às grandes empresas (PUGA, 2002).

Seguindo a tendência mundial, as MPEs no Brasil também têm destaque na geração de emprego e renda. Em 1985, as micro e pequenas empresas representavam 97,06% do total de estabelecimentos no país e 35,02% do total de empregos gerados, enquanto que as médias e grandes empresas representavam 2,94% dos estabelecimentos e 64,98% dos empregos criados. Em 2003, os percentuais para as MPEs representavam 98,64% do total de estabelecimentos, gerando 46,41% do total de empregos; já as empresas de médio e grande porte detinham 1,36% do total de estabelecimentos e 53,59% do total de vínculos empregatícios (RAIS 1985 e 2003).

### 1.3 As micro e pequenas empresas no Brasil

A importância das micro e pequenas empresas está ressaltada na Constituição Brasileira de 1988, por meio do art. 179, que preceitua: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Durante a década de 1990, a distribuição das empresas e dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro mudou significativamente. A ocorrência deste fato foi favorecida, principalmente, pelas mudanças econômicas pelas quais o país passou, tais como, a consolidação da política anti-inflacionária do Plano Real, a abertura comercial, o aumento da produtividade, entre outras (BNDES, 2002). Essas mudanças favoreceram as MPEs, em especial as microempresas, que tiveram sua participação aumentada, tanto em relação ao total de estabelecimentos, quanto ao total de mão-de-obra empregada. De acordo com os dados da RAIS, constantes na tabela 1 e quadro 1, cerca de 99 % dos empreendimentos do país são empresas com até 99 postos de trabalho e respondem por 46 % dos empregos formais<sup>4</sup>. Por

---

<sup>4</sup> Define-se como posto de trabalho formal ou vínculo empregatício, a mão-de-obra assalariada e os proprietários ou sócios das empresas.

outro lado, as empresas de maior porte representavam apenas 1,36% das empresas ativas, e eram responsáveis por 54% dos postos de trabalhos formais existentes em 2003, refletindo, como observa Najberd e Puga (2002), o padrão de industrialização das décadas anteriores. No entanto, quando comparados os resultados de 2003 com os de 1985, observa-se que o papel das micro e pequenas empresas na criação de postos de trabalho torna-se cada vez mais evidenciado, em função do crescimento de sua participação na composição da mão-de-obra formal no país.

A diminuição dos postos de trabalho nas grandes empresas, decorrentes da estagnação econômica e da abertura comercial do início da década de 90, que ao impor padrões de competitividade mais rigorosos, obrigou as empresas a se reestruturarem, seja por meio da utilização de tecnologias mais modernas, ou por meio de outros procedimentos, dentre os quais se destaca a terceirização, levou a um maior aumento do número de empresas de pequeno porte.

Observa-se, também, que políticas de incentivo que incluem uma legislação tributária diferenciada para as micro e pequenas empresas, programas de crédito para o setor, além da capacitação técnica e empreendedora, que está sendo incentivada ao longo dos últimos anos, têm contribuído para o crescimento das MPEs.

As Tabelas 2 e 3<sup>5</sup>, respectivamente, apresentam o número de empresas<sup>6</sup> e de postos de trabalho, nos anos de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003, para as empresas do Brasil, de acordo com o critério de classificação da RAIS, baseado no número de empregados.

**TABELA 2 – Distribuição das Firms no Brasil, em Relação ao Porte**

Porte <sup>7</sup>	1985	%	1990	%	1995	%	2000	%	2003	%
Micro	822.674	87,40	1.037.591	88,99	1.575.825	91,83	2.077.485	92,81	2.346.718	92,85
Pequena	90.939	9,66	99.635	8,55	110.316	6,43	129.776	5,80	146.303	5,79
Média	22.820	2,42	23.659	2,03	24.969	1,45	26.020	1,16	28.258	1,12
Grande	4.914	0,52	5.014	0,43	5.007	0,29	5.205	0,23	6.005	0,24
Total	941.347	100,00	1.165.899	100,00	1.716.117	100,00	2.238.486	100,00	2.527.284	100,00

Fonte: MTE/RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003.

<sup>5</sup> Os dados utilizados foram obtidos na RAIS, que realiza, anualmente, pesquisa com as empresas do setor formal, sendo, portanto, objeto de estudo deste trabalho apenas os postos de trabalho formal, que serão definidos ao longo da discussão como postos de trabalho, empregos ou vínculos empregatícios.

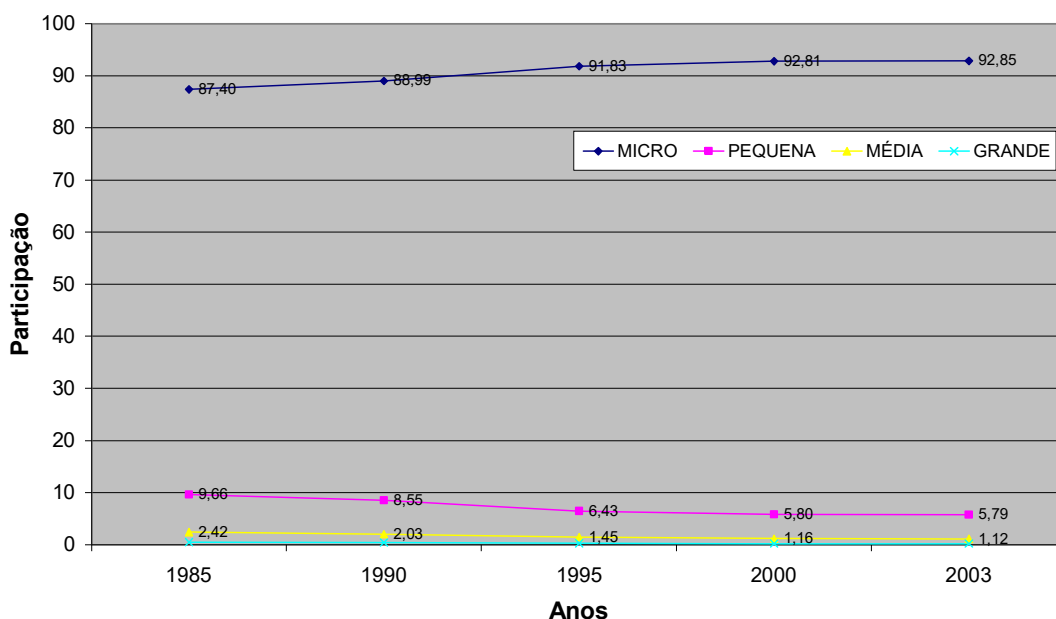
<sup>6</sup> A pesquisa é realizada pelo número de estabelecimentos (ou firmas) e não por empresa, pois uma empresa pode ter mais de uma firma.

<sup>7</sup> Ver Tabela 2.

Como mostra a tabela 2, verifica-se que as micro e pequenas empresas foram as que apresentaram melhor desempenho, tendo uma participação crescente no período analisado além de representarem a quase totalidade dos estabelecimentos do país. Em 1985, as mesmas representavam 97,06% da totalidade de empresas; em 2003 esse número aumentou, passando para 98,64% com um salto de mais de 285 mil estabelecimentos entre os anos de 2000 e 2003. As empresas de portes médio e grande apresentaram uma redução em suas participações relativas variando de 2,42% e 0,52%, em 1985, para 1,12% e 0,24%, em 2003, respectivamente. Como pode ser observado, esta redução foi maior para as grandes empresas.

Para melhor visualização do desempenho das empresas, o Gráfico 1 mostra a distribuição da quantidade de empresas no País, de acordo com o porte, durante o período em análise.

GRÁFICO 1 – Participação das Firms, de acordo com o Porte, no Total de Estabelecimentos (%)



FONTE: Tabela 2

A tabela 3 apresenta a distribuição dos postos de trabalho nas empresas do Brasil. Nela percebe-se que, mais uma vez, as MPEs, apresentaram evolução crescente no período.

TABELA 3 – *Distribuição dos Postos de Trabalho nas Empresas do Brasil, em Relação ao Porte*

Porte <sup>8</sup>	1985	%	1990	%	1995	%	2000	%	2003	%
Micro	3.215.082	16,14	3.965.906	18,49	5.282.696	22,48	6.969.424	26,57	7.995.489	27,06
Pequen a	3.761.897	18,88	4.038.913	18,83	4.424.432	18,83	5.109.483	19,48	5.717.634	19,35
Média	4.723.512	23,71	4.872.727	22,72	5.102.745	21,72	5.324.514	20,30	5.848.670	19,80

<sup>8</sup> Ver Tabela 2



Grande	8.223.272	41,27	8.573.999	39,97	8.684.739	36,96	8.823.481	33,64	9.982.181	33,79
Total	19.923.763	100,0	21.451.545	100,0	23.494.612	100,0	26.226.902	100,0	29.543.974	100,0

Fonte: MTE/RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003.

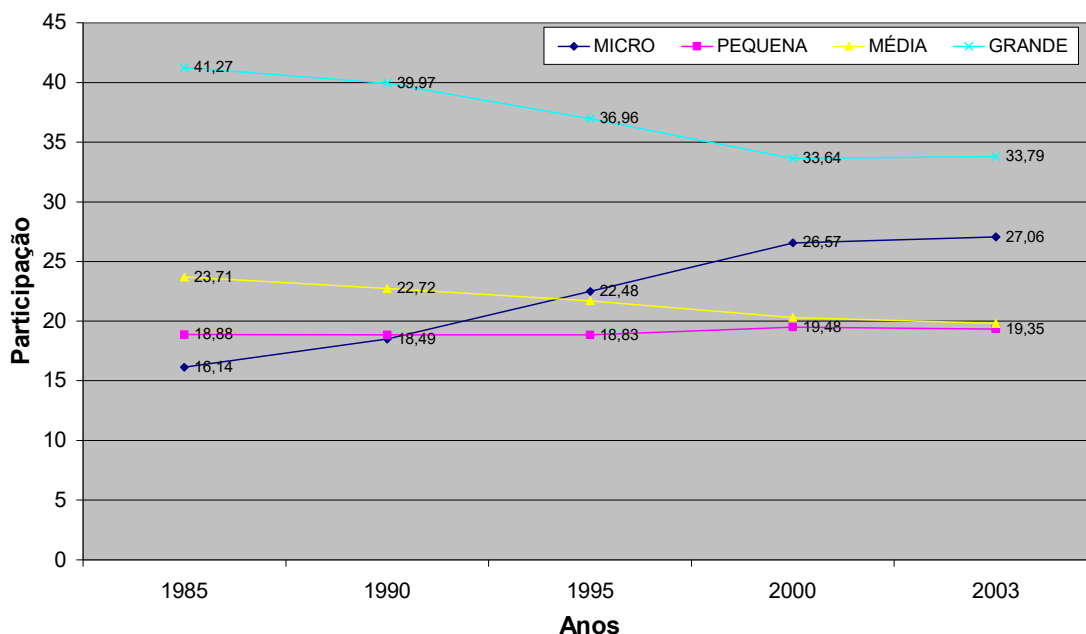
Contrastando os dados das tabelas 2 e 3, observa-se que as micro e pequenas empresas representavam, em 1985, cerca de 97,06 % dos estabelecimentos formais existentes no País, e eram responsáveis por cerca de 35,02 % dos postos de trabalho formal. Em 2003, as mesmas empresas passaram a representar cerca de 98,64% do total de estabelecimentos formais existentes, sendo responsáveis por 46,41% dos postos de trabalho formal.

Já as médias e grandes empresas representavam, em 1985, cerca de 2,94% dos estabelecimentos formais existentes no país e eram responsáveis por cerca de 64,98% dos postos de trabalho formal. Em 2003, essas empresas passaram a representar cerca de 1,36% do total de estabelecimentos formais existentes, sendo responsáveis por 53,59% dos postos de trabalho formal.

Os resultados apresentados evidenciam que apesar das médias e grandes empresas ainda concentrarem o maior número de postos de trabalho do país, a sua participação relativa diminuiu no período entre 1985 e 2003. Por outro lado, a participação das micro e pequenas empresas na geração e/ou formalização dos postos de trabalho formal no país aumentou ao longo do período analisado, atribuindo-lhes maior importância.

Para melhor visualização do desempenho dos postos de trabalho, o Gráfico 2 mostra a distribuição da quantidade, de acordo com o porte, dos postos de trabalho no País durante o período em análise.

GRÁFICO 2 – Participação das Firms, de Acordo com o Porte na Geração de Empregos no Brasil (%)



FONTE: Tabela 3

A maior presença das micro e pequenas empresas no cenário econômico brasileiro pode ser resultado, também, de políticas de apoio, por parte do Governo Federal às empresas de menor porte. Um exemplo disso, (e que será objeto de estudo do capítulo 4), é o SIMPLES<sup>9</sup>, regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às pessoas jurídicas consideradas como microempresas e empresas de pequeno porte.

<sup>9</sup> Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte.

## CAPÍTULO II - AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO

### 2.1 Aspectos gerais da evolução do emprego formal

O recente ressurgimento do interesse nas MPEs contrasta fortemente com a impressão largamente difundida até há pouco tempo de que elas estariam fadadas a uma posição apenas marginal nas economias industrializadas maduras (VILLELA, 1994).

Como já mencionado no capítulo I, as empresas de pequeno porte possuem determinadas características que, no estágio atual de desenvolvimento do sistema capitalista, conferem-lhes um grau de importância que não possuíam há algumas décadas. Em linhas gerais, elas aparecem como elemento comum a várias dimensões da competitividade das economias modernas quais sejam: flexibilidade, complementaridade com as grandes empresas, capacidade exportadora e de geração de empregos. Esta última, observada em nível internacional e que se tem dado às expensas das grandes unidades produtivas.

Os resultados apresentados evidenciam que apesar das médias e grandes empresas ainda concentrarem o maior número de postos de trabalho do país, a sua participação relativa diminuiu no período entre 1985 e 2003. Em contrapartida, a participação das micro e pequenas

empresas na geração e/ou formalização dos postos de trabalho formal no país aumentou ao longo do período analisado, atribuindo-lhes maior importância<sup>10</sup>.

Objetivando verificar a influência do setor manufatureiro<sup>11</sup> nessa mudança do emprego na direção de unidades menores, neste capítulo, será feita uma análise desse setor no período 1985-2003.

A tabela 4 mostra a participação relativa do número de estabelecimentos e dos vínculos empregatícios, entre 1985 e 2003, por faixa de tamanho de estabelecimento, segundo o número de empregados, para o setor manufatureiro brasileiro. A participação relativa é apresentada em números absolutos e nas suas taxas.

---

<sup>10</sup> Existem vários estudos que mostram essa maior participação relativa das micro e pequenas empresas na geração de empregos, em nível de Brasil, dentre eles podemos citar Araújo (2004).

<sup>11</sup> Também chamado aqui de indústria de transformação.

TABELA 4 - Distribuição das Firms e dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro Brasileiro 1985-2003

Porte		1985		2003	
		Empresas	Vínculos	Empresas	Vínculos
Micro	0 – 4	63.433	116.616	133.754	234.915
		44,81%	2,24%	50,91%	4,39%
	5 – 9	26.004	173.127	49.475	328.680
		18,37%	3,32%	18,83%	6,14%
10 – 19	19.921	271.974	36.862	502.001	
	14,07%	5,22%	14,03%	9,37%	
Pequena	20 – 49	16.327	504.042	25.083	763.362
		11,53%	9,67%	9,55%	14,25%
	50 – 99	6.697	469.956	9.012	625.764
		4,73%	9,01%	3,43%	11,68%
Média	100 - 499	7.441	1.604.169	7.287	1.499.109
		5,26%	30,77%	2,77%	27,99%
Grande	Grande Acima de 500	1.725	2.073.920	1.233	1.402.328
		1,23%	39,78%	0,48%	26,18%
Total		141.548	5.213.804	262.706	5.356.159
Total		100%	100%	100%	100%

MTE/RAIS, 1985 e 2003

Em 1985 existiam 141.548 estabelecimentos gerando mais de 5,2 milhões de empregos. Já 2003 esses números passaram a ser 262.706 estabelecimentos gerando um pouco mais de 5,3 milhões de empregos. No período 1985-2003, a tabela mostra uma redução da participação relativa de todos os tamanhos de empresas, com exceção dos estabelecimentos que empregam até 9 pessoas, que apresentaram uma maior participação.

A tabela mostra claramente que o maior crescimento dos vínculos, tanto em números absolutos, como também em percentuais, ocorre nos estabelecimentos de menor porte. As faixas por tamanho vão se ampliando ao longo da tabela, o que distorce um pouco a

comparação. Isso é confirmado por uma segunda evidência, a que vem da expansão do número de empresas. Fica evidente que o aumento do número de estabelecimentos declarantes esteve fortemente concentrado no caso da MPEs.

## 2.2 Distribuição das empresas do setor manufatureiro por porte e região

Entre 1985 e 2003 as microempresas apresentaram um crescimento de sua participação relativa no total de empresas existentes em todas as regiões, exceto para região Centro-oeste. Para os outros grupos de tamanho essa participação, exceto no Centro-Oeste, se reduziu no período em análise. Essa redução foi maior para as pequenas empresas.

A distribuição dos estabelecimentos, divididos por porte e por região, no período de 1985-2003 é apresentada na tabela a seguir.

**TABELA 5 - Distribuição das Firms do Setor Manufatureiro por Porte nas Regiões Brasileiras 1985-2003**

Região	Porte	1985	(%)	2003	(%)
Norte	Micro	2.048	73,83	5.739	78,43
	Pequena	516	18,60	1.247	17,04
	Média	163	5,88	285	3,90
	Grande	47	1,69	46	0,63
	Total	2.774	100,00	7.317	100,00
Nordeste	Micro	9.251	77,66	25.413	85,38
	Pequena	1.855	15,57	3.473	11,67
	Média	585	4,91	725	2,44
	Grande	221	1,86	153	0,51
	Total	11.912	100,00	29.764	100,00
Sul	Micro	26.783	80,18	65.616	85,29
	Pequena	4.710	14,10	8.994	11,69
	Média	1.568	4,69	1.980	2,57
	Grande	341	1,02	346	0,45
	Total	33.402	100,00	76.936	100,00
Sudeste	Micro	66.029	75,49	109.399	82,49
	Pequena	15.318	17,51	18.551	13,99
	Média	5.026	5,75	4.025	3,04
	Grande	1.100	1,26	634	0,48
	Total	87.473	100,00	132.609	100,00
Centro-Oeste	Micro	5.247	87,64	13.924	86,59
	Pequena	625	10,44	1.830	11,38
	Média	99	1,65	272	1,69
	Grande	16	0,27	54	0,34
	Total	5.987	100,00	16.080	100,00
Brasil	Micro	109.358	77,25	220.091	83,77
	Pequena	23.024	16,27	34.095	12,98
	Média	7.441	5,26	7.287	2,77
	Grande	1.725	1,22	1.233	0,47
	Total	141.548	100,00	262.706	100,00

Fonte: MTE/RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003

Ao analisarmos a tabela 6 observamos que, na região Norte, em 1985, as microempresas representavam 73,83% do total de estabelecimentos; em 2003, esse percentual aumentou para 78,43%. As empresas de outros portes apresentaram reduções nas participações relativas. Essa redução foi maior para o grupo de médias empresas, 1,98%, e menor para o grupo de grandes empresas, 1,06%.

Na região Nordeste, a participação relativa das microempresas variou de 77,66%, em 1985, para 85,38%, 2003. Nos demais grupos de tamanho, ao contrário, observa-se uma redução da participação relativa no período 1985-2003, sendo essa redução maior para o grupo de pequenas empresas, 3,9%, e menor para o grupo de grandes empresas, 1,35%.

Na região Sul, as microempresas também apresentaram crescimento de sua participação relativa no total de estabelecimentos existentes na região durante o período analisado. Em 1985 representavam 80,18% e em 2003, 85,29%. Nos demais grupos observa-se uma redução da participação relativa de 2,41%, para as pequenas empresas e de 2,12% e 0,57% para as médias e grandes empresas, respectivamente.

Seguindo a tendência, na região Sudeste, as microempresas apresentaram crescimento de sua participação relativa no total de estabelecimento do setor manufatureiro. Em 1985, essas empresas representavam 75,49%, já em 2003, 82,49%. Os demais grupos apresentaram redução de suas participações relativas, destacando-se as pequenas empresas com 3,53%. As médias e grandes empresas reduziram em 2,71% e 0,78%, respectivamente.

Na região Centro-Oeste, em 1985, as microempresas representavam 87,64% do total de estabelecimentos do setor manufatureiro, passando para 86,59% em 2003. Os estabelecimentos de outros portes apresentaram crescimento em suas participações, passando de 10,44%, 1,65% e 0,27%, em 1985, para 11,38%, 1,69% e 0,34%, respectivamente para as empresas de pequeno, médio e grande porte, em 2003.

Portanto, o Centro-Oeste apresenta um comportamento diferente das demais regiões. A sua forte vocação para o agronegócio e incipiente industrialização são alguns dos fatores explicativos.

### 2.3 Distribuição dos empregos nas empresas do setor manufatureiro por porte e região

Pela tabela 7 observa-se alguns pontos a serem destacados. Primeiro, a mudança nas participações relativas por grupo de tamanho entre 1995 e 2003, indicando uma possível reestruturação do setor manufatureiro no período em análise. Essa reestruturação é observada

tanto em termos de regiões, como também de Brasil. Em segundo lugar, o significativo crescimento observado para as micros e pequenas empresas, em termos de regiões e Brasil.

Por fim, a redução da participação relativa das médias e grandes empresas, sendo esta redução mais intensa para as grandes empresas. Esse fato é geral, exceto para o Centro-Oeste onde se observa um crescimento da participação relativa na casa das grandes empresas.

A distribuição dos empregos nos estabelecimentos divididos por porte, e por região, no período de 1985 a 2003, é apresentada na tabela a seguir.

TABELA 6 - Distribuição dos Empregos nas Firms do Setor Manufatureiro por Porte nas Regiões Brasileiras 1985-2003

Região	Porte	1985	(%)	2003	(%)
Norte	Micro	12.102	10,63	31.033	17,09
	Pequena	21.556	18,94	51.152	28,17
	Média	35.168	30,89	58.023	31,95
	Grande	45.012	39,54	41.407	22,80
	Total	113.838	100,00	181.615	100,00
Nordeste	Micro	48.686	9,27	119.070	18,05
	Pequena	76.834	14,63	137.820	20,90
	Média	134.140	25,54	153.274	23,24
	Grande	265.595	50,56	249.323	37,81
	Total	525.255	100,00	659.487	100,00
Sul	Micro	127.071	12,41	294.778	20,58
	Pequena	197.949	19,33	367.709	25,68
	Média	342.802	33,47	400.553	27,97
	Grande	356.355	34,79	369.097	25,77
	Total	1.024.177	100,00	1.432.137	100,00
Sudeste	Micro	350.196	10,11	555.481	19,57
	Pequena	653.751	18,88	760.652	26,80
	Média	1.069.066	30,87	834.485	29,40
	Grande	1.390.034	40,14	687.974	24,24
	Total	3.463.047	100,00	2.838.592	100,00
Centro-Oeste	Micro	23.662	27,05	65.234	26,70
	Pequena	23.908	27,33	71.793	29,38
	Média	22.993	26,28	52.774	21,60
	Grande	16.924	19,34	54.527	22,32
	Total	87.487	100,00	244.328	100,00
Brasil	Micro	561.717	10,77	1.065.596	19,89
	Pequena	973.998	18,68	1.389.126	25,94
	Média	1.604.169	30,77	1.499.109	27,99
	Grande	2.073.920	39,78	1.402.328	26,18
	Total	5.213.804	100,00	5.356.159	100,00

Fonte: MTE/RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003

Analisando a tabela 6 mais detidamente é possível observar que, em 1985, na região Norte, as microempresas absorviam um pouco mais de 10% dos trabalhadores da



região; em 2003 essa participação aumentou para 17,09%. As pequenas empresas também tiveram um aumento na sua participação relativa, variando de 18,94% em 1985 para 28,17% em 2003. Com relação às médias e grandes empresas, as primeiras, apesar de pouco significativo, tiveram sua participação relativa aumentada. Em 1985, as mesmas representavam 30,89% e em 2003, essa participação variou para 31,95%. Quanto às grandes empresas, as mesmas tiveram a sua participação relativa reduzida, passando de 39,54%, em 1985, para 22,80%, em 2003.

Para a região Nordeste, as participações das micro e pequenas empresas em termos de mão-de-obra empregada passaram de 9,27% e 14,63% em 1985 para 18,05% e 20,90% em 2003, respectivamente. Já os estabelecimentos de médio e grande porte tiveram suas participações relativas reduzidas.

No Sul, as microempresas, também se mostraram melhores absorvedoras de mão-de-obra, variando a sua participação relativa de 12,41% para 20,58% do total de trabalhadores empregados entre os anos de 1985 e 2003. Acompanhando a tendência das microempresas, as empresas de pequeno porte, também apresentaram crescimento na sua participação relativa, passando de 19,33% em 1985 para 25,68% em 2003. Para os demais grupos de tamanho, ao contrário, observa-se uma redução da participação relativa.

No Sudeste, a participação do total de empregos gerados pelas micro e pequenas empresas variou de 10,11% e 18,88% para, respectivamente, 19,57% e 26,80% nos anos de 1985 a 2003. As médias e grandes empresas, ao contrário, tiveram as suas participações relativas reduzidas neste mesmo período.

Quanto ao desempenho das microempresas na criação de postos de trabalho na região Centro-Oeste, as mesmas tiveram uma leve redução de sua participação, de 27,05% para 26,70% entre os anos de 1985 e 2003. As empresas de pequeno porte apresentaram um leve crescimento de 27,33% para 29,38% para o período em análise. As empresas de tamanho médio tiveram as suas participações reduzidas, e, excepcionalmente, as empresas de grande porte tiveram um leve aumento de sua participação relativa, passando de 19,34%, em 1985, para 22,32%, em 2003.

#### 2.4. Tamanho médio dos estabelecimentos do setor manufatureiro por porte e região

Pela análise das tabelas 6 e 7, constata-se que o número de estabelecimentos e o número de empregos tiveram crescimento diferenciado ao longo do período em análise, sendo que o primeiro cresceu mais que o segundo. Fato esse, ocorrido em todas as regiões e em quase todas as empresas, independente do porte.

A partir da análise dessas tabelas foi calculado o tamanho médio dos estabelecimentos, medido pela razão número de empregos/número de estabelecimentos, por grupo de tamanho, por regiões e para os anos de 1985 e 2003. O mesmo é apresentado na tabela 7 abaixo.

TABELA 7 - Tamanho Médio dos Estabelecimentos do Setor Manufatureiro por Porte e por Região 1985 – 2003

Fonte: MTE/RAIS, 1985 e 2003

Região	1985				2003			
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande
Norte	5,91	41,78	215,75	957,70	5,41	41,02	203,59	900,15
Nordeste	5,26	41,42	229,30	1.201,79	4,69	39,68	211,41	1.629,56
Sul	4,74	42,03	218,62	1.045,03	4,49	40,88	202,30	1.066,75
Sudeste	5,30	42,68	212,71	1.263,67	5,08	41,00	207,33	1.085,13
Centro-Oeste	4,51	38,25	232,25	1.057,75	4,69	39,23	194,02	1.009,76
Brasil	5,14	42,30	215,59	1.202,27	4,84	40,74	205,72	1.137,33

Em 1985, observa-se que o tamanho médio das micro estabelecimentos do setor manufatureiro das regiões Sul e Centro-Oeste, respectivamente 4,74 e 4,51 se apresenta menor que o tamanho médio apresentado pelo Brasil. Já em 2003, onde o tamanho médio nacional desses estabelecimentos se reduz para 4,84, a região Nordeste também passa a ter um tamanho médio inferior ao nacional, qual seja, 4,69%.

No caso das pequenas empresas o tamanho médio de seus estabelecimentos, em nível nacional, reduziu-se de 42,30 para 40,74 no período em análise. Essa tendência é acompanhada por todas as regiões, exceto o Centro-Oeste. Em 1985, as regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram tamanho médio menor que o nacional, sendo essa diferença maior para a região Centro-Oeste. Em 2003, as diferenças de tamanho médio por região e tamanho nacional se reduzem, permanecendo as regiões Nordeste e Centro-Oeste com tamanho levemente inferiores ao nacional.

Em 1985, para as médias empresas, o tamanho médio desses estabelecimentos apresenta-se menor que o tamanho médio nacional, 215,59, apenas na região Sudeste, 212,71. Já em 2003, o tamanho médio nacional reduz-se para 205,72, sendo essa tendência acompanhada por todas as regiões e o Centro-Oeste apresentando a maior redução.

As grandes empresas também apresentaram redução do tamanho médio de seus estabelecimentos entre 1985 e 2003. O mesmo variou de 1.202,27 para 1.137,33 respectivamente, em nível nacional. Em 1985 todas as regiões apresentaram tamanho médio menor que o nacional, com exceção do Sudeste. Já em 2003, apenas a região Nordeste apresentou tamanho médio maior que o nacional.

Em síntese, a tabela 7 mostra que os tamanhos médios não variaram muito entre as regiões no período 1985-2003. Essa variação foi maior para as regiões Norte e Nordeste, para as grandes empresas. Segundo, percebe-se uma redução do tamanho médio dos estabelecimentos, independente do porte, em todas as regiões, a exceção do observado para a região Nordeste, no caso das grandes empresas. Esse resultado indica que, no período em análise, as inovações tecnológicas que ocorreram nesses 18 anos não alteraram, de forma substancial, a relação número de estabelecimento e número de trabalhadores no setor manufatureiro, o que é, em princípio, algo surpreendente.

Por outro lado, a redução observada, embora pequena, resulta provavelmente da melhor tecnologia e método de gestão utilizados pelas empresas. Esse é um resultado interessante, pois mostra que as MPEs, também, se modernizaram, acompanhando assim, o observado para as médias e grandes empresas.

## 2.5. Crescimento do Número de Estabelecimentos por porte e região

Como foi observado no item anterior, as micro e pequenas empresas tiveram uma evolução em suas participações relativas, tanto no total de estabelecimentos criados quanto na geração de postos de trabalho, em todas as regiões do país no período de 1985 a 2003.

A tabela 8 mostra o crescimento das empresas, total e por sub-períodos, por tamanho e por região para o período de 1985 a 2003.

**TABELA 8 - Taxa de Crescimento das Firms do Setor Manufatureiro por Região (Em %) 1985 – 2003**

Região	Porte	1985 – 1990	1990 – 1995	1995 – 2003	1985 – 2003
Norte	Micro	39,26	20,65	66,78	180,22
	Pequena	19,77	17,48	71,76	141,67
	Média	27,61	-4,33	43,22	74,85
	Grande	6,38	-34,00	39,39	-2,13
Nordeste	Micro	36,26	32,61	52,04	174,71
	Pequena	9,33	3,75	65,07	87,22
	Média	7,35	-2,71	18,66	23,93
	Grande	2,71	-24,23	-11,05	-30,77

Sul	Micro	44,13	18,05	43,99	144,99
	Pequena	13,72	11,99	49,95	90,96
	Média	8,61	-1,94	18,56	26,28
	Grande	-11,14	-0,99	15,33	1,47
Sudeste	Micro	44,06	4,96	9,58	65,68
	Pequena	9,11	-4,00	15,61	21,11
	Média	1,21	-11,09	-11,01	-19,92
	Grande	-2,27	-25,95	-20,35	-42,36
Centro-Oeste	Micro	37,43	22,29	57,90	165,37
	Pequena	22,72	26,08	89,25	192,80
	Média	37,37	39,71	43,16	174,75
	Grande	0,00	81,25	86,21	237,50
Brasil	Micro	43,01	11,50	26,21	101,26
	Pequena	10,68	1,40	31,94	48,08
	Média	4,31	-7,33	1,31	-2,07
	Grande	-3,13	-20,41	-7,29	-28,52

Fonte: MTE/RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003

Em todas as regiões brasileiras as micro e pequenas empresas apresentaram taxas de crescimento positivas e elevadas para o período em análise (1985-2003). Este padrão, embora em menor intensidade, se repete para os outros grupos de empresas. Em algumas regiões e para alguns sub-períodos foi observado taxa de crescimento negativa para as empresas. Esse comportamento é mais observado no grupo das grandes empresas, ressaltando-se que essa ocorrência é mais freqüente e de maior intensidade nas regiões mais desenvolvidas como Sudeste e Sul. Por outro lado, as taxas de crescimento total e parcial, nas micro e pequenas empresas, são maiores nas regiões menos desenvolvidas, caso do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mais especificamente, a região Norte apresenta a maior taxa de crescimento para o grupo de micro e pequenas empresas no período 1985-2003, com exceção do observado para a região Centro-Oeste, no caso das pequenas empresas, na qual observa-se uma taxa de crescimento de 192,8% contra 141,67% da região Norte, no período em análise.

Em termos de sub-períodos, as micro e pequenas empresas da região Norte, apresentaram, respectivamente, taxas de crescimento de 39,26% e 19,77% no sub-período 1985-1990. Para o sub-período posterior, 1990-1995, essas empresas sofreram uma queda no seu crescimento, o mesmo ficou em 20,65% e 17,48% para as micro e pequenas empresas, respectivamente. Essa queda também foi observada nos demais grupos de tamanho, porém, de

forma bem mais significativa, qual seja: -4,33% e -34,00%, para as médias e grandes empresas, respectivamente. Para o sub-período 1995-2003 as empresas pertencentes a todos os grupos de tamanho micro, pequeno, médio e grande, apresentaram taxas de crescimento positivas, sendo as empresas de micro e pequeno porte as responsáveis pelo maior crescimento 66,78% e 71,76%, respectivamente. Estes resultados podem ser melhor visualizados no Gráfico 3, que apresenta o crescimento das empresas do setor manufatureiro da região Norte para o período 1985-2003.

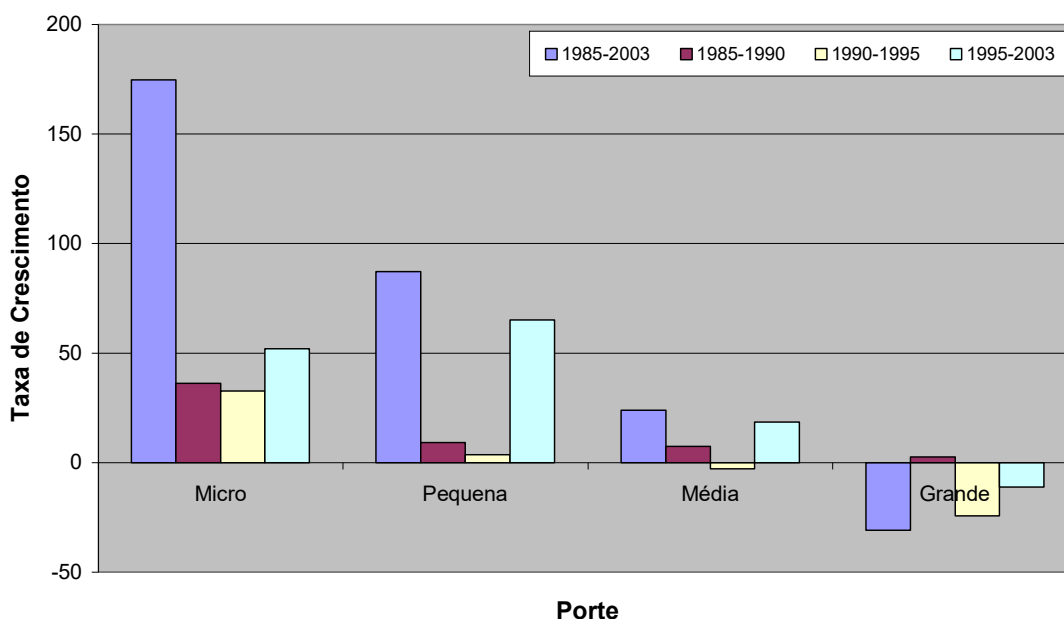
GRÁFICO 3 - Taxa de Crescimento das Empresas do Setor Manufatureiro da Região Norte



FONTE: Tabela 8

A análise do crescimento da região Nordeste é semelhante a da região Norte. Naquela região são observadas, no sub-período 1985-1990, elevadas taxas de crescimento, como 36,26% e 9,33%, no caso das micro e pequenas empresas, respectivamente, e 7,35% e 2,71%, para as médias e grandes empresas, respectivamente. Porém, no sub-período seguinte, 1990-1995, essas taxas foram de 32,61% e 3,75%, respectivamente para as micro e pequenas empresas e -2,71 e -24,23%, para as médias e grandes empresas, respectivamente. Para o sub-período 1995-2003, ainda na região Norte, é verificada evolução das taxas de crescimento para todos os grupos de empresas da região Nordeste, apesar do grupo das grandes empresas ainda continuar com taxa de crescimento negativa. O maior crescimento neste sub-período pertence às MPEs. Estes resultados podem ser melhor visualizados no Gráfico 4, que apresenta o crescimento das empresas do setor manufatureiro da região Nordeste para o período 1985-2003.

GRÁFICO 4 - Taxa de Crescimento das Empresas do Setor Manufatureiro da Região Nordeste



FONTE: Tabela 8.

Para as regiões Sul e Sudeste, o grupo das grandes empresas apresentou taxas negativas de crescimento no sub-período 1985-1990. As mesmas foram de -11,14% e -2,27%, respectivamente. No mesmo sub-período, as micro e pequenas empresas cresceram à taxa de 44,13% e 13,72%, para a região Sul; e de 44,06% e 9,11%, para a região Sudeste, respectivamente. Na região Sul, entre os sub-períodos 1985-1990 e 1990-1995 essas taxas variaram de 44,13% para 18,05% (microempresas) e de 13,72% para 11,99% (pequena empresa). No Sudeste, a variação foi de 44,06% para 4,96% (microempresa) e de 9,11% para -4,0% (pequenas empresas).

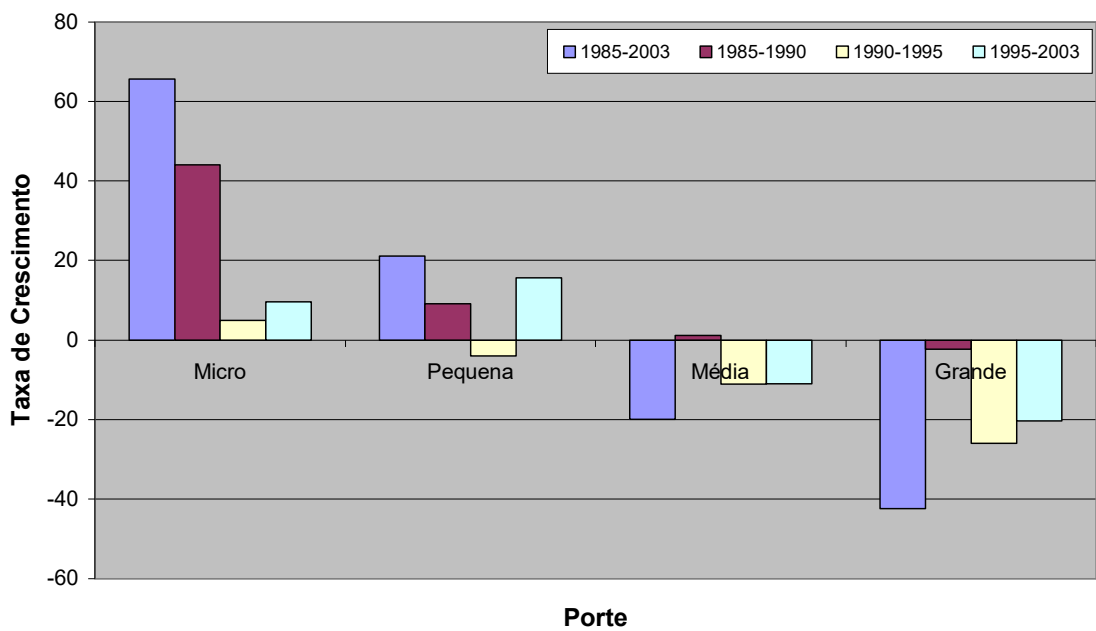
Se entre os sub-períodos 1985-1990 e 1990-995 se observa, no geral, uma redução das taxas de crescimento para todas as empresas e regiões, entre os sub-períodos 1990-1995 e 1995-2003 ocorre o contrário. Ou seja, em todas as regiões todos os tamanhos apresentaram evolução de suas taxas de crescimento.

Para as micro e pequenas empresas, da região Sul, as taxas variam de 18,05% e 11,99% para 43,99% e 49,95%, respectivamente. Já, para a região Sudeste, a variação entre as taxas é menos significativa entre esses grupos de empresas. Para a região Centro-Oeste, o quadro geral é de crescimento para todos os tamanhos e sub-períodos, exceto o observado no sub-período 1990-1995 para as microempresas. Neste último caso, a taxa se reduziu de

37,43% para 22,29%. Esta região apresenta as maiores taxas de crescimento, sendo superada apenas pelas regiões Norte e Nordeste, no que diz respeito às microempresas no período 1985-2003.

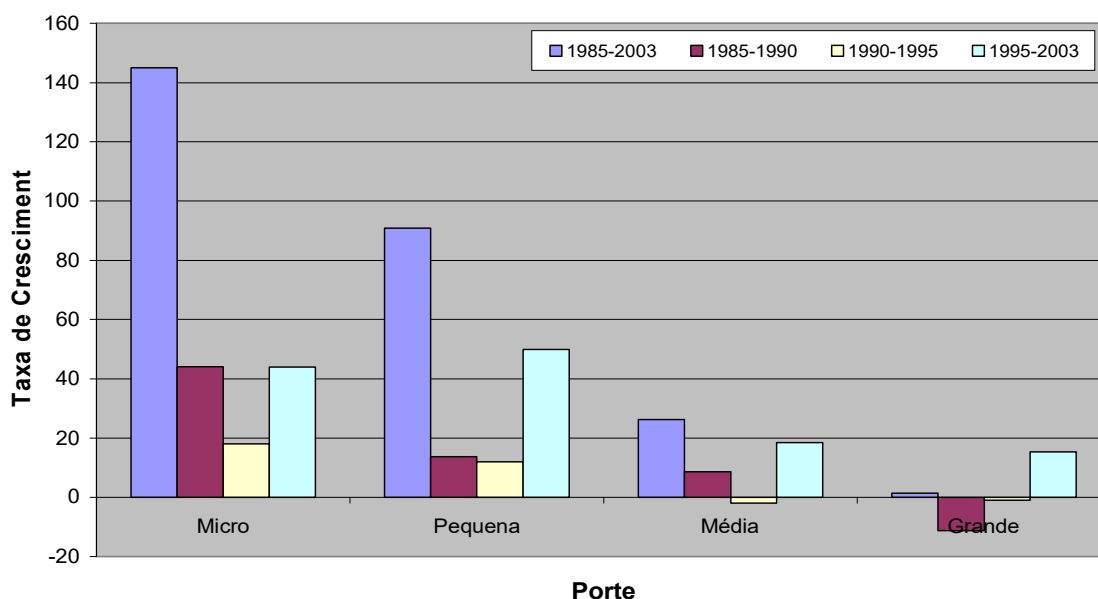
Estes resultados podem ser visualizados nos Gráficos 5, 6 e 7, que apresentam o crescimento das empresas do setor manufatureiro das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste para o período 1985-2003.

GRÁFICO 5 - Taxa de Crescimento das Empresas do Setor Manufatureiro da Região Sudeste



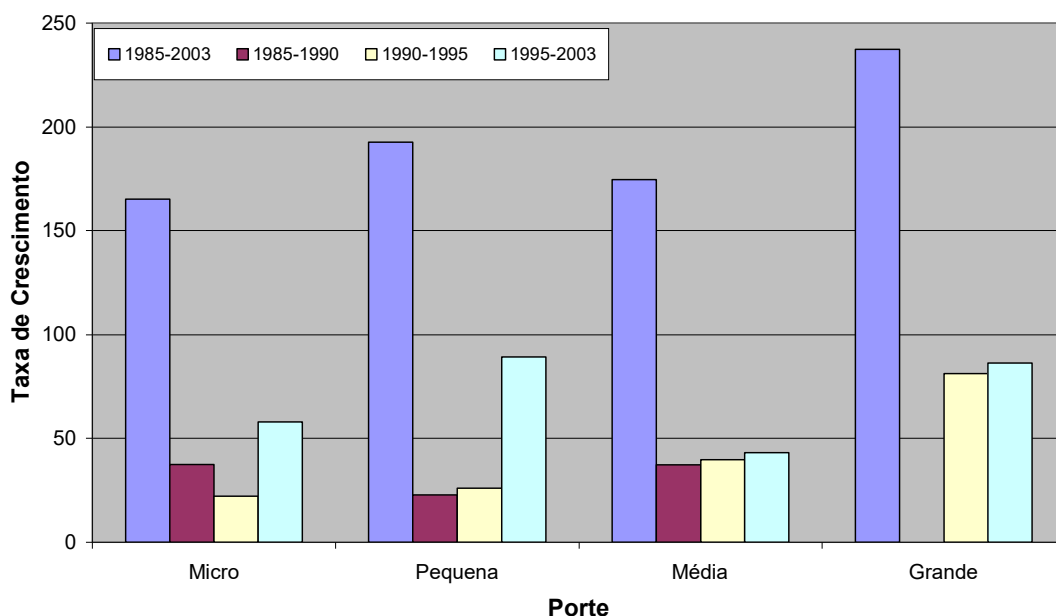
FONTE: Tabela 8.

GRÁFICO 6 - Taxa de Crescimento das Empresas do Setor Manufatureiro da Região Sul



FONTE: Tabela 8

GRÁFICO 7 - Taxa de Crescimento das Empresas do Setor Manufatureiro da Região Centro-Oeste.



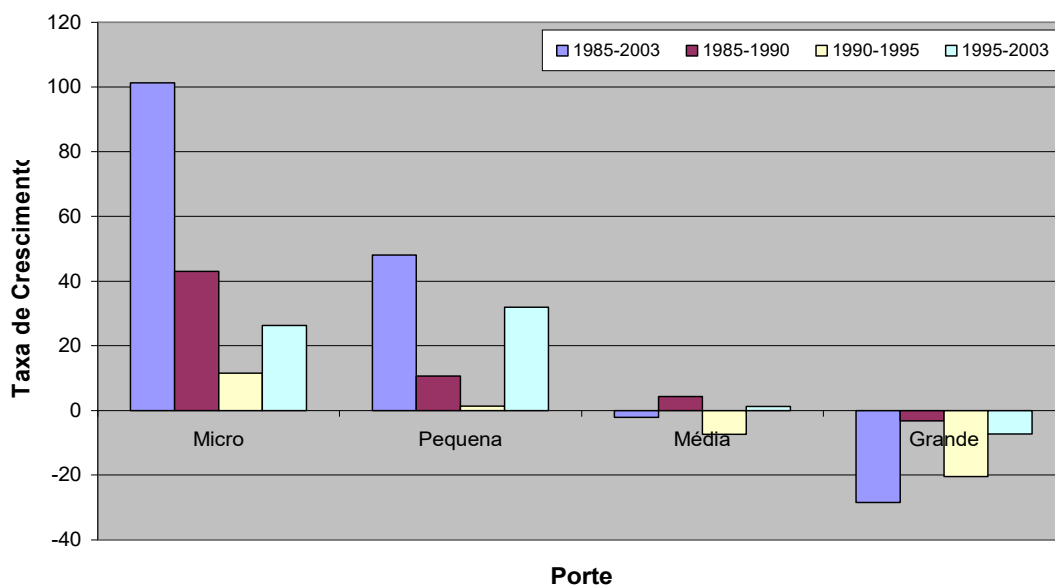
FONTE: Tabela 8

Em termos de Brasil, o crescimento das microempresas no período em análise foi de 101,36%. A maior taxa observada ocorreu no sub-período 1985-1990 e a menor no sub-período 1990-1995. Esse padrão se repete para o grupo das médias empresas. No caso das pequenas empresas a maior taxa de crescimento ocorre no sub-período 1995-2003, cerca de 31,94% contra 10,68% em 1985-1990.



O grupo das grandes empresas, por outro lado, apresentou no período em análise um crescimento negativo, cerca de 28,52%. Esse comportamento ocorre nos três sub-períodos considerados neste estudo. Estes resultados podem ser visualizados no Gráfico 8, que apresenta o crescimento das empresas do setor manufatureiro brasileiro para o período 1985-2003.

GRÁFICO 8 - Taxa de Crescimento das Empresas do Setor Manufatureiro Brasileiro



FONTE: Tabela 8

## 2.6 Crescimento dos Vínculos Empregatícios por porte e região

Feita a análise do crescimento dos estabelecimentos do setor manufatureiro e constatando o grande crescimento das MPEs no período 1985-2003 e seus respectivos sub-períodos, em relação aos demais grupos de tamanho, agora, analisar-se-á o crescimento dos vínculos empregatícios desse setor nesse mesmo período e sub-períodos. A tabela 9 mostra o crescimento desses vínculos, total e por sub-períodos, por tamanho e por região para o período de 1985 a 2003.

TABELA 9 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro por Região e por Porte (Em %) 1985 – 2003

Região	Porte	1985 - 1990	1990 – 1995	1995 – 2003	1985 – 2003
--------	-------	-------------	-------------	-------------	-------------

	Micro	28,47	11,65	76,76	156,43
Norte	Pequena	19,98	20,19	64,55	137,30
	Média	24,55	-7,47	43,15	64,99
	Grande	15,56	-34,72	21,95	-8,01
	Micro	27,95	19,02	60,60	144,57
Nordeste	Pequena	10,71	2,69	57,79	79,37
	Média	5,48	-8,07	17,84	14,26
	Grande	18,51	-23,95	4,16	-6,13
	Micro	30,39	13,21	57,16	131,98
Sul	Pequena	14,67	10,30	46,87	85,78
	Média	6,15	-2,30	12,67	16,85
	Grande	-6,38	-5,17	16,66	3,58
	Micro	29,04	2,85	19,52	58,62
Sudeste	Pequena	7,00	-3,43	12,6	16,35
	Média	-0,05	-11,44	-11,82	-21,94
	Grande	-5,66	-30,79	-24,2	-50,51
	Micro	24,76	22,26	80,75	175,69
Centro-Oeste	Pequena	25,54	27,94	86,97	200,29
	Média	20,85	40,52	35,16	129,52
	Grande	-12,21	75,04	109,65	222,19
	Micro	29,06	7,58	36,63	89,70
Brasil	Pequena	9,60	1,43	28,30	42,62
	Média	2,58	-8,14	-0,82	-6,55
	Grande	-2,28	-24,83	-7,94	-32,38

Fonte: MTE/RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2003

Como foi observado no caso do número de estabelecimentos, as taxas de crescimento desses vínculos variaram bastante entre regiões, grupos de tamanho e sub-períodos.

A semelhança do observado para o número de estabelecimentos, a tabela 9 mostra que as micro e pequenas empresas apresentaram, no período 1985-2003, taxas positivas de crescimento para os vínculos empregatícios do setor manufatureiro em todas as regiões. Novamente, essas taxas foram maiores para as regiões menos desenvolvidas, destacando-se a região Centro-Oeste, com taxa acumulada de 175,69% e 200,29% para as micro e pequenas empresas, respectivamente, seguida da região Norte com taxas de 156,43% e 137,30% para as micro e pequenas empresas, respectivamente. Destaque-se, no entanto, que ao contrário do observado em termos de número de estabelecimento o Nordeste, embora apresentando uma taxa de crescimento de 144,57%, maior que a região Sul, 131,98%, em termos de microempresas, apresenta uma taxa de 79,37%, para as pequenas empresas, taxa essa, menor que a da região Sul, 85,78%.

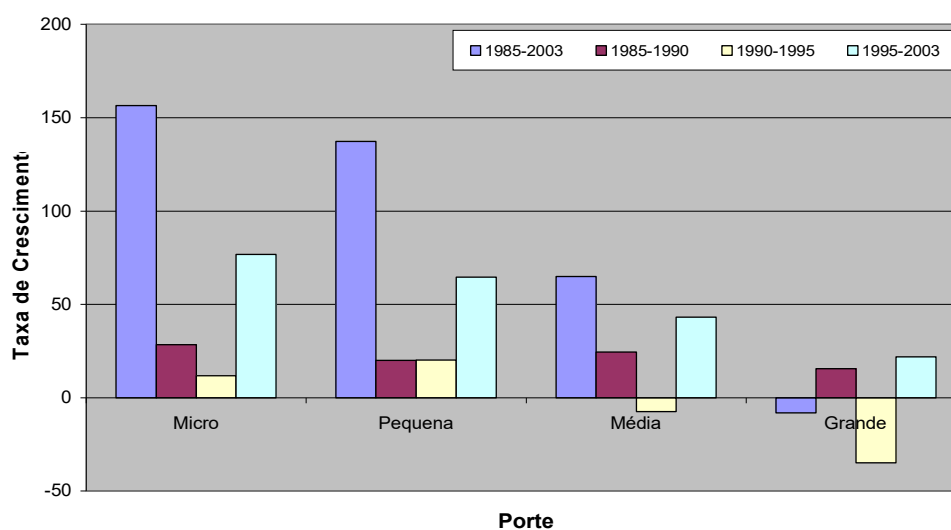
A região Sudeste, nesse mesmo período, apresenta taxas sistematicamente menores de crescimento de seus vínculos empregatícios para todos os grupos de empresa,

sendo estas taxas, negativas, no caso das médias e grandes empresas, 21,94% e 50,51%, respectivamente. Semelhante ao item anterior, em termos de Brasil, as taxas de crescimento dos vínculos empregatícios por parte das empresas do setor manufatureiro pertencentes aos grupos de micro e pequeno porte ficaram abaixo das taxas verificadas em todas as regiões brasileiras, com exceção da região Sudeste, no período em análise, 1985-2003. As mesmas foram 89,70% e 42,62%, respectivamente. Nesse mesmo período, as empresas de porte médio apresentaram taxas de crescimento de -6,55% e as de grande porte taxa de -32,38%.

Em termos de sub-períodos se repete, no geral, o padrão observado pelo número de estabelecimentos, ou seja, uma taxa maior no sub-período 1995-2003 e uma taxa menor no sub-período 1990-1995. Este padrão é particularmente verdadeiro para o grupo de micro e pequenas empresas. Pela tabela 10, percebe-se que no Norte, as microempresas tiveram um crescimento, no total de mão-de-obra empregada, de quase 80% no sub-período 1995-2003, contra 11,65% e 28,47% nos sub-períodos anteriores, 1990-1995 e 1985-1990, respectivamente. As empresas de pequeno porte mostraram um crescimento de 64,55% no sub-período 1995-2003 e 20,19% no sub-período 1990-1995.

Ainda analisando essa região, foi verificada para as médias e grandes empresas, taxas máximas de crescimento de 43,15% e 21,95%, respectivamente, no sub-período 1995-2003 e taxas mínimas de -7,47 e -34,72%, respectivamente, no sub-período 1990-1995. Estes resultados podem ser visualizados no Gráfico 9, que apresenta o crescimento dos vínculos empregatícios do setor manufatureiro da região Norte.

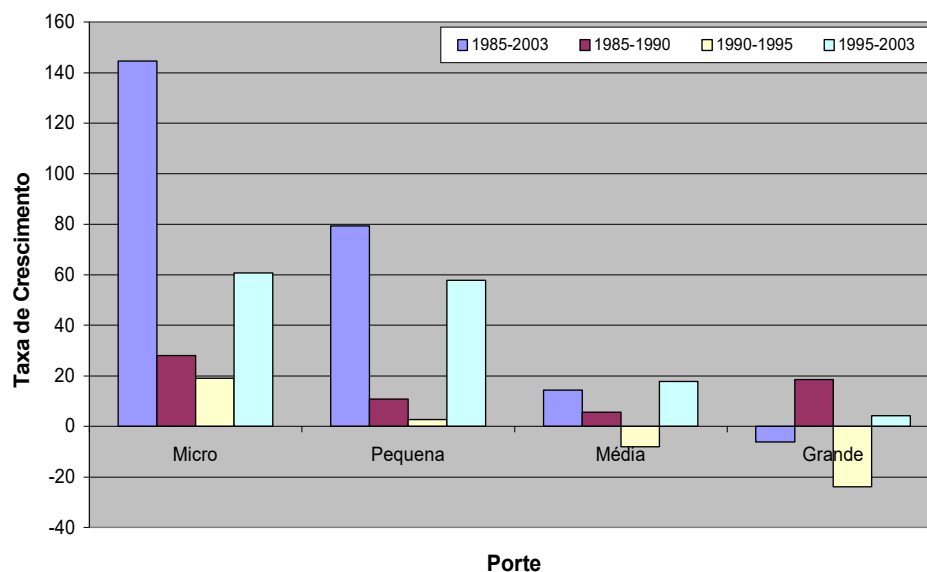
GRÁFICO 9 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro da Região Norte



FONTE: Tabela 9

Verificando-se as taxas de crescimento para o Nordeste observa-se no sub-período 1995-2003 as maiores para as micro e pequenas empresas, 60,60% e 57,79%, respectivamente. As empresas de médio porte apresentaram taxas positivas de crescimento no total de mão-de-obra empregada de 14,26%, enquanto as de grande porte apresentaram taxas negativas, de -6,13%, no período 1985-2003. Estes resultados podem ser melhor visualizados no Gráfico 10, que apresenta o crescimento dos vínculos empregatícios do setor manufatureiro da região Nordeste.

GRÁFICO 10 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro da Região Nordeste



FONTE: Tabela 9

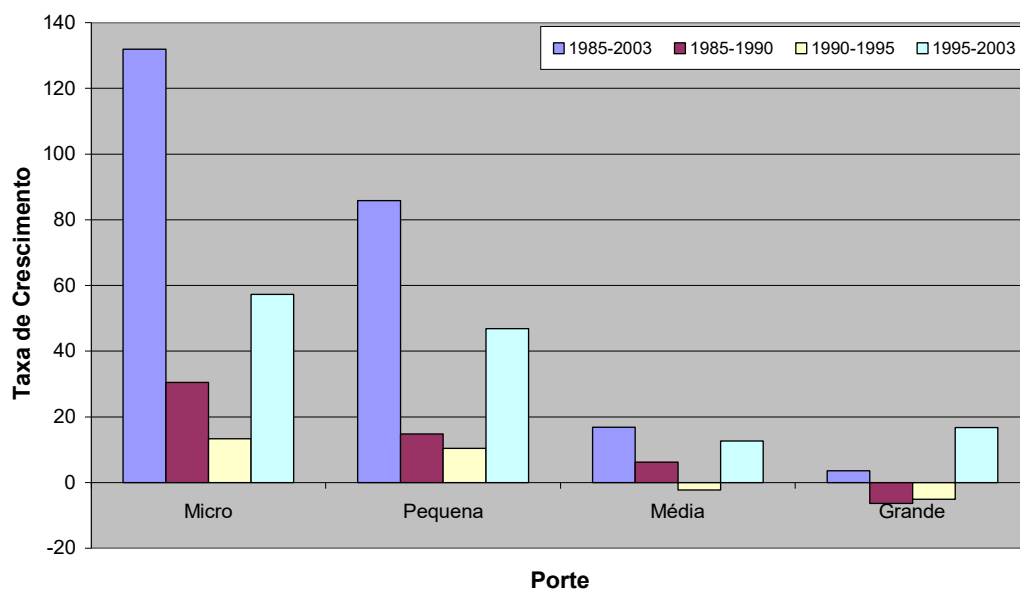
Na região Sul, as microempresas apresentaram uma evolução na criação de postos de trabalho entre os sub-períodos 1990-1995 e 1995-2003. Para o primeiro 13,21%, o segundo 57,16%. Essa taxa, caiu quase pela metade quando comparada à taxa 30,39%, do primeiro sub-período, 1985-1990.

As pequenas empresas, também tiveram redução de suas taxas de crescimento, porém não tão significantes: 14,67%, no sub-período 1985-1990, e no sub-período seguinte esse valor foi de 10,30%. Ou seja, as MPEs reduziram, de forma mais intensa nas microempresas, mão-de-obra no período 1990-1995.

Foram verificadas, nos sub-períodos analisados, taxas negativas de crescimento das médias e grandes empresas, como -2,3% e -5,17%, no sub-período 1990-1995.

Vale salientar que no terceiro sub-período, 1995-2003, todas as empresas da região Sul tiveram taxas positivas de crescimento no total de mão de obra, destacando-se o grupo de pequenas empresas. Estes resultados podem ser visualizados no Gráfico 11, que apresenta o crescimento dos vínculos empregatícios do setor manufatureiro da região Sul.

GRÁFICO 11 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro da Região Sul

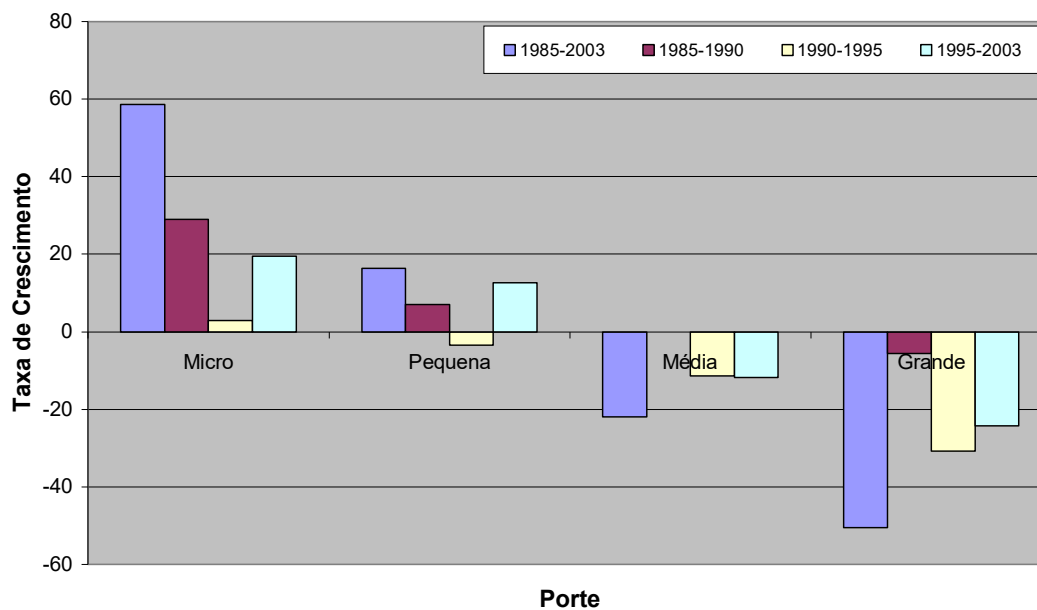


FONTE: Tabela 10

Analisando os sub-períodos 1985-1990, 1990-1995 e 1995-2003, pode-se observar, que entre eles, existiu retração na geração de empregos em quase todas as empresas da região Sudeste. Além disso, as empresas de médio e grande porte apresentaram taxas negativas de crescimento em todos os sub-períodos.

Pelo Gráfico 12 observamos esses resultados que apresenta o crescimento dos vínculos empregatícios do setor manufatureiro da região Sudeste.

GRÁFICO 12 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro da Região Sudeste

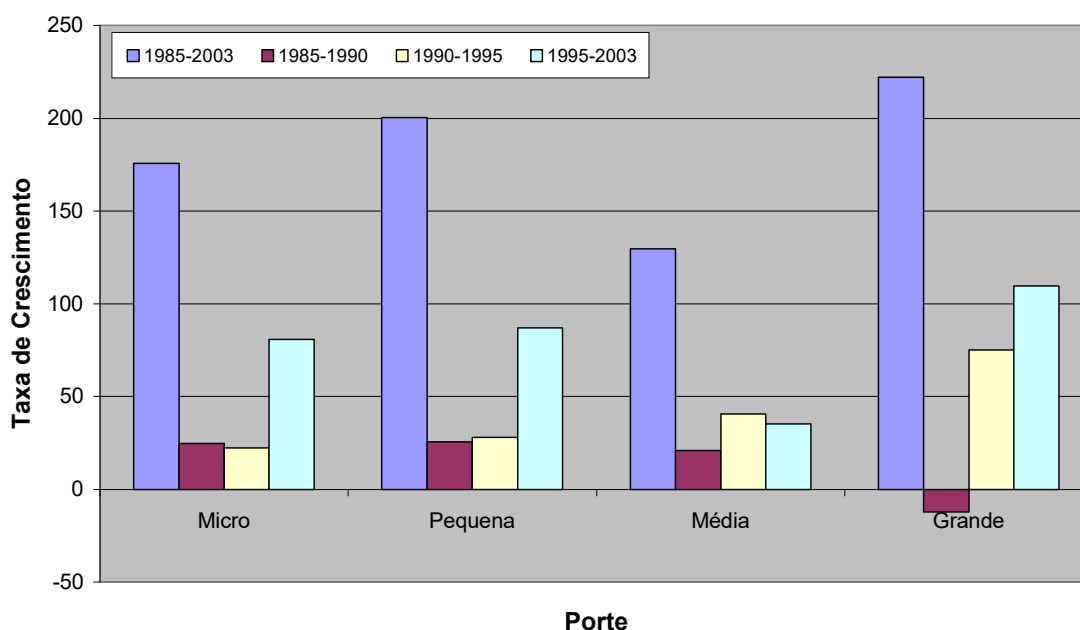


FONTE: Tabela 9

No Centro-Oeste, entre os sub-períodos, 1985-1990 e 1990-1995, observa-se crescimento na geração de empregos em quase todos os grupos de tamanho. Mas no sub-período 1995-2003, com exceção das empresas de porte médio, todas as outras apresentaram taxas positivas de crescimento maiores que nos sub-períodos anteriores, com destaque para as empresas de grande porte.

Estes resultados podem ser visualizados no Gráfico 13, que apresenta o crescimento dos vínculos empregatícios do setor manufatureiro da região Centro-Oeste para o período 1985-2003.

GRÁFICO 13 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro da Região Centro-Oeste



FONTE: Tabela 9

Nos sub-períodos analisados as taxas de crescimento das microempresas do setor manufatureiro, em termos de Brasil, variaram entre 29,06%, no primeiro sub-período, ficando acima das taxas verificadas nas empresas, desse mesmo porte, de todas as regiões, com exceção do Sul, no sub-período 1985-1990; 7,58%, no segundo sub-período, superando o crescimento das microempresas, apenas, da região Sudeste; e 36,63% no terceiro sub-período, ficando acima, somente, das taxas verificadas na região Nordeste.

Já as taxas pertencentes ao grupo das pequenas empresas foram 9,60%, 1,43% e 28,30%. O grupo de médias empresas apresentou variações de crescimento de 2,58%, -8,14% e -0,82% nos sub-períodos 1985-1990, 1990-1995 e 1995-2003, respectivamente. Já para o grupo de grandes empresas as variações foram de -2,28%, -24,83% e -7,94% nos sub-períodos citados acima.

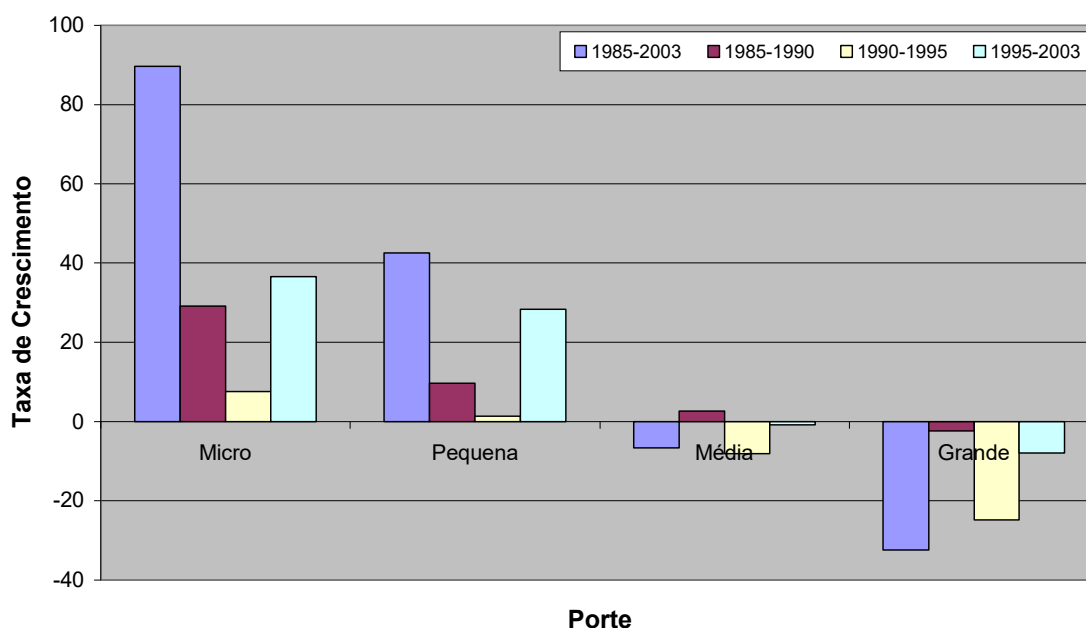
Quando tomadas isoladamente, as médias empresas de quase todas as regiões apresentaram taxas de crescimento maiores que as do Brasil no sub-período 1985-1990. Isso feito para o segundo sub-período, 1990-1995, apenas a região Sudeste apresentara crescimento menor que o Brasil. Para o terceiro sub-período, o desempenho das médias empresas da região Sudeste, somente, ficou abaixo do desempenho dessas empresas, em termos de Brasil.

As taxas de crescimento apresentadas pelas grandes empresas, em termo de Brasil, foram menores que as observadas nas regiões Norte e Nordeste, no sub-período 1985-1990;



maiores, porém negativas, que as observadas no Norte e Sudeste, sub-período 1990-1995 e; finalmente menores que as taxas de crescimento apresentadas pelas regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-oeste, no sub-período 1995-2003. Estes resultados podem ser visualizados no Gráfico 14, que apresenta o crescimento dos vínculos empregatícios do setor manufatureiro brasileiro.

GRÁFICO 14 - Taxa de Crescimento dos Vínculos Empregatícios do Setor Manufatureiro Brasileiro



FONTE: Tabela 9

Como foi observado, as micro e pequenas empresas do setor manufatureiro apresentaram uma evolução em sua participação relativa, tanto no total de estabelecimentos criados quanto na geração de postos de trabalho, em todas as regiões do País no período de 1985 a 2003. O dinamismo apresentado pelas mesmas foi confirmado pelas suas taxas de crescimento, que constataram o crescimento do emprego tanto mais forte quanto menor o tamanho do estabelecimento: enquanto a expansão do emprego formal, entre 1985 e 2003, cresceu nas empresas com até quatro empregados, as empresas de grande porte tiveram redução em seu emprego formal.

Dentre as explicações buscadas para entendermos o movimento de expansão (1985-2003) do emprego formal acreditamos que a Lei nº 7.256, denominada de Estatuto da Microempresa, promulgada em 27 de novembro de 1984 que beneficiou este grupo de empresas, pode ser um dos fatores.

Dentre as medidas, de caráter administrativo, adotadas pelo Estatuto destacaram-se pequenas simplificações na área trabalhista, dispensa de escrituração fiscal para as microempresas e dispensa do cumprimento de quaisquer obrigações tributárias acessórias. No campo tributário, as microempresas ficaram isentas do pagamento de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, bem como dos pagamentos do imposto sobre produtos industrializado (IPI) e do PIS/PASEP.

Foi ainda definido pelo Estatuto, que os bancos ou instituições financeiras deveriam adotar condições especialmente favorecidas nos empréstimos, até o valor de 5 mil ORTN's<sup>12</sup>, concedidos às microempresas, assim como da não exigência de comprovação de cumprimento de obrigações, inclusive fiscais perante órgãos e entidades da administração pública.

Outro resultado para a compreensão da expansão do emprego formal no setor manufatureiro, no período em análise, criado em 1996, é o SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte. A simplificação e a redução da carga tributária trazidas por esse sistema deixou claras suas vantagens, principalmente para as microempresas, reduzindo fortemente o que pagariam pelo regime alternativo de lucro presumido. Além disso, fora da menor tributação pelo SIMPLES, restaram ao empregador somente os encargos trabalhistas devidos por força do FGTS, apontando assim para um estímulo à utilização da mão de obra formal. As evidências mostraram, nesse período mais recente, (a partir de 1995) um vigoroso aumento no número de vínculos formais nos estabelecimentos de pequeno porte, uma forte expansão do número de micro e pequenas empresas declarantes da RAIS.

Nesse sentido, as evidências apontam na direção de que na expansão recente do mercado formal de trabalho predominou um movimento de formalização do emprego relativamente ao de uma expansão do emprego formal decorrente da expansão da economia.

### CAPÍTULO III - O SIMPLES E A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO NO PERÍODO 1985-2003<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional. Título negociável da dívida pública, de prazo fixo, emitido pelo governo federal, que rende juros e correção monetária mensal de acordo com os índices oficiais de inflação. Em fevereiro de 1986, com a adoção do Plano Cruzado, a ORTN foi substituída pela OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

<sup>13</sup> Como o período de análise deste trabalho é de 1985 a 2003 o mesmo não levou em consideração as novas mudanças do SIMPLES ocorridas em 12/2005, apenas citamos as principais alterações na nota de rodapé nº 16.

Uma importante legislação tributária adotada no final dos anos 90 simplificou e reduziu bastante a carga tributária sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive no que diz respeito aos encargos trabalhistas. Trata-se da criação, em 1996, do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro daquele ano.

### 3.1 O SIMPLES

O SIMPLES é um regime de tributação ao qual o contribuinte poderá optar, sendo irrelevante no caso de uma sociedade ou de uma firma individual. O regime é destinado às pessoas jurídicas e os critérios de enquadramento são de ordem quantitativa e qualitativa, esses últimos são expressos na lei em forma de vedações ao regime.

Segundo informações disponíveis no “site” da Secretaria da Receita Federal, o SIMPLES está em vigor desde 1º de janeiro de 1997. Consiste no pagamento unificado dos seguintes impostos e contribuições: IRPJ, PIS, COFINS, CSLL, INSS Patronal e IPI (se for contribuinte do IPI).

A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das contribuições instituídas pela União, como as destinadas ao SESC, ao SESI, ao SENAI, ao SENAC, ao SEBRAE, e seus congêneres, bem como as relativas ao salário-educação e à Contribuição Sindical Patronal (Chahad e Macedo, 2002). O SIMPLES pode também incluir o ICMS e/ou o ISS devido por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, desde que o Estado e/ou o Município em que esteja estabelecida venha aderir ao SIMPLES mediante convênio.

As micro e pequenas empresas que optam por se inscrever no Sistema têm benefícios, tais como:

- Tributação com alíquotas mais favorecidas e progressivas, de acordo com a receita bruta auferida.
- Recolhimento unificado e centralizado de impostos e contribuições federais, com a utilização de um único DARF<sup>14</sup>.
- Cálculo simplificado do valor a ser recolhido, apurado com base na aplicação de alíquotas unificadas e progressivas, fixadas em lei, incidentes sobre uma única base, a receita bruta mensal.
- Dispensa da obrigatoriedade de escrituração comercial para fins fiscais.

---

<sup>14</sup> DARF-SIMPLES, instituído pela IN SRF nº 67, de 06/12/1996, criado especificamente com vistas ao recolhimento dos impostos e contribuições incluídos no SIMPLES.

- Parcelamento de débitos existentes, de responsabilidade da micro ou da pequena empresas e de seu titular ou sócio, para com a Fazenda Nacional e Seguridade Social, contraídos anteriormente ao ingresso no Sistema.

Para efeito de enquadramento das Pessoas Jurídicas no SIMPLES, considera-se microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário receita bruta até R\$120.000,00 por ano, com alíquotas diferenciadas em três faixas: até R\$60.000, acima deste valor e até R\$90.000,00, e acima deste valor e até R\$120.000,00. No caso das empresas de pequeno porte (EPP's), há dez faixas de valor de receita bruta e respectivas alíquotas. A primeira faixa inclui as empresas de receita bruta até R\$240.000,00 por ano e não consideradas como ME's, enquanto que a penúltima faixa abrange as empresas com receita bruta entre R\$1.080.000,01 até R\$1.200.000,00.

### 3.2 Tributação pelo SIMPLES<sup>15</sup>

Além das micro e pequenas empresas serem classificadas de acordo com a sua receita bruta anual, o SIMPLES prevê, dentro de cada categoria, uma estratificação que confere progressividade às alíquotas previstas para cada tributo. A tabela 10 mostra as alíquotas por faixa de receita bruta anual (em reais) para as MPEs<sup>16</sup>.

**TABELA 10 - Alíquotas do Simples, por Faixa de Receita Bruta, para as MPEs (%)**

Tributos	Microempresa			Empresa de Pequeno Porte				
	Até 60 mil	60 a 90 mil	90 a 120 mil	Até 240 mil	240 a 360 mil	360 a 480 mil	480 a 600 mil	600 a 1.200 mil
IRPJ	Zero	Zero	Zero	0,13	0,26	0,39	0,52	0,65
PIS/PASEP	Zero	Zero	Zero	0,13	0,26	0,39	0,52	0,65
CSLL	Zero	0,40	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
COFINS	1,80	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
INSS	1,20	1,60	2,00	2,14	2,28	2,42	2,56	2,70

<sup>15</sup> No dia 21 de novembro de 2005, foi promulgada a Lei nº 11.196 que aprovou, com algumas modificações propostas pelos congressistas, a Medida Provisória 255 mais conhecida como "MP do Bem". No dia 29 de dezembro de 2005, o Governo Federal baixou a MP nº 275 que confirmou os novos limites de receitas brutas do SIMPLES e completou as omissões da Lei da MP do Bem, prevendo, inclusive, novas alíquotas para o SIMPLES Federal. Portanto, diante das novas disposições, a Microempresa que tinha fixado como teto de receita bruta anual em R\$ 120.000,00, passou agora para R\$ 240.000,00. Acrescentou-se, assim, a faixa para ME que vai de R\$ 120.000,01 a R\$ 240.000,00. A empresa de Pequeno Porte (EPP) também teve sua faixa de receita bruta dobrada para efeito de enquadramento. O limite de receita bruta da EPP que estava fixado em R\$ 1.200.000,00, passou para R\$ 2.400.000,00. Vale lembrar que, se for indústria, a alíquota correspondente deverá ser acrescida de 0,5% (IPI).

<sup>16</sup> ? As creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental têm alíquotas diferenciadas.

Subtotal	3,00	4,00	5,00	5,40	5,80	6,20	6,60	7,00
IPI	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Subtotal	3,50	4,50	5,50	5,90	6,30	6,70	7,10	7,50
ICMS <sup>1</sup>	1,00	1,00	1,00	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
ICMS <sup>2</sup>	0,50	0,50	0,50	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
ISS <sup>3</sup>	1,00	1,00	1,00	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
ISS <sup>4</sup>	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Total	4,50	5,50	6,50	8,40	8,80	9,20	9,60	10,00

Fonte: ARAÚJO, 2004.

<sup>1</sup> O Estado é conveniado ao SIMPLES e a empresa é contribuinte apenas do ICMS;

<sup>2</sup> O Estado é conveniado ao SIMPLES e a empresa é contribuinte do ICMS e do ISS;

<sup>3</sup> O Município é conveniado ao SIMPLES e a empresa é contribuinte apenas do ISS;

<sup>4</sup> O Município é conveniado ao SIMPLES e a empresa é contribuinte do ISS e do ICMS;

Como pode ser observado na tabela 10, a carga tributária das micro e pequenas empresas, quando são vinculadas ao SIMPLES, varia entre 3% e 7% quando são considerados apenas os tributos federais menos o IPI. Acrescentando-se o tributo do IPI, esses percentuais aumentam em 0,5%. Nessas duas situações, o Estado e o Município não são conveniados ao Sistema. Caso o Estado e/ou Município em que esteja estabelecida a micro e/ou a pequena empresa tenha aderido ao Sistema, os percentuais sofrem alterações conforme definido em convênio. Se o Estado é conveniado ao SIMPLES e o estabelecimento é contribuinte apenas do ICMS, a alíquota das microempresas aumenta em 1% e das pequenas empresas aumenta em 2,5%. Caso o estabelecimento seja contribuinte tanto do ICMS quanto do ISS, suas alíquotas aumentam em 0,5% para microempresa e 2% para pequena empresa. Se o município é conveniado ao SIMPLES e a empresa é contribuinte apenas do ISS, as alíquotas das microempresas aumentam em 1% e das pequenas empresas aumentam em 2,5%. Se o estabelecimento é contribuinte tanto do ISS quanto do ICMS, a alíquota aumenta em 0,5%, independente do porte da empresa.

Portanto, o SIMPLES, além de diminuir os custos administrativos das MPEs, promove uma redução da carga tributária para os optantes. As isenções para as micro e pequenas empresas que já eram regularizadas pelo Estatuto da Microempresa<sup>17</sup> foram mantidas, e as alíquotas proporcionais de alguns tributos foram transformadas em progressivas. O impacto da redução da carga tributária fica evidente quando se compara a legislação anterior e posterior à implementação do SIMPLES.

A tabela 11 mostra o tratamento tributário aplicável às MPEs com a implementação do Sistema, em comparação com o tratamento instituído anteriormente aplicável às empresas não optantes.

TABELA 11 - Comparação do Tratamento Tributário Aplicado às MPEs, antes e depois da

<sup>17</sup> Segundo o Estatuto, as MPEs ficariam isentas do pagamento do IRPJ, bem como do PIS/PASEP.

### ***Instituição do Simples***

Tributo	Legislação anterior		Legislação atual	
	Microempresa	Pequena empresa	Microempresa	Pequena empresa
IRPJ	Isenta	1,2% <sup>1</sup>	Isenta	1,2 – 4,8% <sup>1</sup>
CSLL	0,96% <sup>1</sup>	1,44% <sup>1</sup>	0 – 1% <sup>1</sup>	1% <sup>1</sup>
PIS/PASEP	Isenta	0,65% <sup>1</sup>	Zero	0,13 – 0,65% <sup>1</sup>
COFINS	2% <sup>1</sup>	3% <sup>1</sup>	1,8 – 2% <sup>1</sup>	2% <sup>1</sup>
INSS (patronal)	20% <sup>2</sup>	20% <sup>2</sup>	1,2 – 2% <sup>1</sup>	2,14 – 2,7% <sup>1</sup>
ICMS	Diversas	Diversas	Máx. de 1% <sup>1</sup>	Máx de 2,5% <sup>1</sup>
ISS	Diversas	Diversas	Máx de 1% <sup>1</sup>	Máx de 2,5% <sup>1</sup>
IPI	Diversas	Diversas	0,5% <sup>1</sup>	0,5% <sup>1</sup>

Fonte: ARAÚJO, 2004.

<sup>1</sup> do faturamento

<sup>2</sup> da folha de salários

Como pode ser observado, com a implementação do SIMPLES, procurou-se dar um tratamento diferenciado no que se refere ao sistema tributário concedido às MPes, objetivando a melhoria de sua relação com o Estado e o aumento da sua representatividade na geração de postos de trabalho. Pode-se dizer, portanto, que o SIMPLES foi a primeira tentativa de sintetizar a relação fisco-contribuinte, onde a micro e a pequena empresa teriam uma relação única com o tributante, realizada através de uma única declaração, ao invés de se reportarem às múltiplas administrações tributárias.

Quanto às vedações qualitativas ao enquadramento no SIMPLES, pode-se citar que estão impedidas de optar as pessoas jurídicas que sejam:

- Sociedades anônimas;
- Empresas do sistema financeiro;
- Empresas no mercado imobiliário;
- Filiais de empresas com sede no exterior, ou cujos sócios de nacionalidade estrangeira, sejam residentes no exterior;
- Empresas constituídas sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública;
- Empresas cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite estabelecido para a empresa de pequeno porte;
- Empresas que realizem operações relativas a: locação ou administração de imóveis; armazenamento e depósito de produtos de terceiros; propaganda e publicidade; factoring; prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra ou cuja atividade demande o uso intensivo de mão-de-obra;

- Empresas que prestem serviços profissionais cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;
- Empresas que tenham débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do INSS;
- Que exerçam a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, de bebidas e cigarros, dentre outros.

### 3.3 Evidências do efeito do SIMPLES

#### 3.3.1 O Impacto do SIMPLES no mercado de trabalho no Brasil

Passando ao exame dessas evidências, a tabela 12 mostra a variação do número de vínculos empregatícios reportados pela RAIS entre 1985 e 2003 por porte, segundo o número de empregados.

A RAIS não recolhe dados sobre a receita bruta dos estabelecimentos, mas considerando que as empresas beneficiadas com o SIMPLES estão no limite de R\$1.200.000,00 de receita bruta anual, o que é um valor considerável, isso sugere que a maior parte da expansão do emprego deve ter ocorrido nas empresas favorecidas com essa sistemática tributária.

Isso é confirmado por uma segunda evidência que vem de dados da Secretaria da Receita Federal. Eles revelam que já no primeiro ano de vigência do SIMPLES, perto de 2 milhões de empresas optaram por ele e quase mais 1,3 milhão o fizeram nos anos seguintes. O número de declarantes vem se mantendo estável, mas o número de pagantes, também, mostra expansão considerável.

Analisando os dados da RAIS<sup>18</sup> (ver Tabela 12) percebe-se que houve a criação e/ou formalização de mais de 4 milhões de postos de trabalho localizados nas micro e pequenas empresas do País, no período 1995-2003. Enquanto que em períodos anteriores como 1985-1990 e 1990-1995 o crescimento foi de 1.027 e 1.703 mil, respectivamente. A diferença detectada, além de ser resultado da política econômica, também indica a influência do SIMPLES implantado em 1996.

Os dados da RAIS também demonstram que no período 1995-2003, houve um aumento de pouco mais de 2 milhões de postos de trabalho localizados nas médias e grandes empresas, enquanto que no período 1990-1995, o número de postos de trabalho aumentou em apenas 341 mil, o que comprova, novamente, a influência das micro e pequenas empresas para a economia atual, como alternativa para absorção da mão-de-obra do País.

---

<sup>18</sup> A RAIS (Relação Anual das Informações Sociais) indica o número de estabelecimentos e empregos formais no País, e é objeto de estudo do presente trabalho.

**TABELA 12 – Variação do Número de Postos de Trabalho no Brasil nos Anos de 1985, 1990, 1995 e 2003 (em Mil).**

Porte	1985	1990	1995	2003	1985-90	1990-95	1995-2003
Micro	3.215	3.965	5.282	7.995	750	1.317	2.713
Pequena	3.761	4.038	4.424	5.717	277	386	1.293
Média	4.723	4.872	5.102	5.848	149	230	746
Grande	8.223	8.573	8.684	9.982	350	111	1.298
Total	19.922	21.448	23.492	29.542	1.526	2.044	6.050

Fonte: MTE/RAIS 1985, 1990, 1995 e 2003.

Em relação à criação/formalização das empresas, os dados da RAIS<sup>19</sup> (ver Tabela 13) demonstram que, no período 1995-2003, cerca de 806 mil micro e pequenas empresas foram criadas e/ou formalizadas, contra cerca 223 mil, no período 1985-1990, e 548 mil, no período 1990-1995; a diferença encontrada pode ser atribuída, além da influência da política econômica, à implementação do SIMPLES, que atuou positivamente na formalização das empresas, em função da redução dos impostos e da simplificação do processo de tributação.

Nas médias e grandes empresas, houve o aumento de cerca de 4 mil empresas no período 1995-2003, enquanto que, entre 1990 e 1995, a variação foi negativa para as grandes empresas, conforme pode ser observado na Tabela 13.

**TABELA 13– Variação do Número de Firmas no Brasil nos Anos de 1985, 1990, 1995 e 2003**

Porte	1985	1990	1995	2003	1985-90	1990-95	1995-2003
Micro	822.674	1.037.591	1.575.825	2.346.718	214.917	538.234	770.893
Pequena	90.939	99.635	110.316	146.303	8.696	10.681	35.987
Média	22.820	23.659	24.969	28.258	839	1.310	3.289
Grande	4.914	5.014	5.007	6.005	100	-7	998
Total	941.347	1.165.899	1.716.117	2.527.284	224.552	550.218	811.167

Fonte: MTE/RAIS (1985,1990, 1995 e 2003).

<sup>19</sup> No capítulo III do presente trabalho é realizada a análise dos dados da RAIS referentes às firmas (da indústria de transformação) do País.



A tabela 14 apresenta o total de vínculos empregatícios, em termos de Brasil, em 2003, e a proporção desses vínculos que estão na condição de optantes do SIMPLES.

A análise dessa tabela mostra que a maior proporção dos vínculos empregatícios gerados pelas MPEs, na condição de optantes do SIMPLES, está nas empresas que empregam até 4 empregados<sup>20</sup>, novamente uma evidência do incentivo dado pelo SIMPLES. Em termos regionais, são as regiões Sul e Sudeste que se destacam nessa categoria com 42,7% e 39,5%, respectivamente, do total de vínculos.

Quando comparados os tamanhos de estabelecimentos observa-se, nessa tabela, uma tendência decrescente, em todas as regiões, do percentual de optantes do SIMPLES em relação ao total de vínculos. Ou seja, à medida que se aumenta o tamanho do estabelecimento esse percentual cai. Diante disso, podemos afirmar que são as microempresas as que mais se beneficiam com o SIMPLES.

**TABELA 14 - Vínculos Empregatícios por Tamanho de Estabelecimento**

	Todos os Setores da Economia Brasileira <sup>21</sup>		
		2003	
	Total Vínculos Empregatícios	Optantes do SIMPLES	% <sup>22</sup>
<b>NORTE</b>			
Até 4 <sup>23</sup>	84.420	43.089	51,0
De 5 a 9	87.934	41.799	47,5
De 10 a 19	108.792	42.045	38,6
De 20 a 49	134.319	37.635	28,0
De 50 a 99	101.855	12.942	12,7
Total	517.320	177.510	34,3
<b>NORDESTE</b>			
Até 4	382.064	212.098	55,5
De 5 a 9	353.796	177.389	50,1
De 10 a 19	383.293	159.334	41,6
De 20 a 49	485.412	135.589	27,9
De 50 a 99	341.305	46.072	13,5
Total	1.945.870	730.482	37,5

<sup>20</sup> Com exceção da região Centro-Oeste., onde prevalece as empresas que empregam até 9 pessoas.

<sup>21</sup> Referente aos setores Extração Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

<sup>22</sup> Vínculos empregatícios na condição de optantes do SIMPLES sobre o total de vínculos.

<sup>23</sup> Empregados

SUDESTE			
Até 4	1.445.679	773.824	53,5
De 5 a 9	1.344.354	711.287	52,9
De 10 a 19	1.475.184	682.415	46,3
De 20 a 49	1.838.589	577.914	31,4
De 50 a 99	1.311.508	184.991	14,1
Total	7.415.314	2.930.431	39,5
SUL			
Até 4	618.241	354.285	57,3
De 5 a 9	509.548	282.084	55,4
De 10 a 19	537.063	255.924	47,7
De 20 a 49	644.089	208.017	32,3
De 50 a 99	449.842	78.550	17,5
Total	2.758.783	1.178.860	42,7
CENTRO OESTE			
Até 4	240.556	112.389	46,7
De 5 a 9	204.785	101.396	49,5
De 10 a 19	219.780	94.715	43,1
De 20 a 49	248.230	75.837	30,6
De 50 a 99	162.485	22.163	13,6
Total	1.075.836	406.500	37,8
BRASIL			
Até 4	2.770.960	1.495.685	54,0
De 5 a 9	2.500.417	1.313.955	52,5
De 10 a 19	2.724.112	1.234.433	45,3
De 20 a 49	3.350.639	1.034.992	30,9
De 50 a 99	2.366.995	344.718	14,6
Total	13.713.123	5.423.783	39,6

Fonte: MTE 2003

Existem vários estudos que analisam o efeito do SIMPLES sobre o mercado de trabalho brasileiro e em todos eles o resultado é positivo e significativo<sup>24</sup>. Nesses estudos se constatou que o programa SIMPLES da Receita Federal tem contribuído para a expansão do emprego formal nos micros e pequeno estabelecimentos, além de facilitar a expansão desse tipo de empreendimento.

### 3.4 A Indústria de Transformação Brasileira: o caso das MPes

24

Chahad e Macedo (2002), Chahad (2003), Araújo (2004) entre outros.

Ao longo do presente capítulo foi comprovado que o Sistema integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - SIMPLES, influencia positivamente a geração de empregos no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, não se tem referência sobre essa influência sobre para setores econômicos analisados separadamente. Ou seja, quando se analisa o SIMPLES desagregando os setores da economia brasileira a sua influência sobre a geração de empregos desses setores é também significativa?.

Para respondermos a essa questão, estudamos o efeito desse Sistema sobre a Indústria de Transformação Brasileira, também chamada, aqui, de Setor Manufatureiro Brasileiro, nos anos de 1990, 1995, 2000 e 2003.

A tabela 15 traz os dados referentes ao número de estabelecimentos e empregos da indústria de transformação brasileira, no que se refere às MPes, por região geográfica e por tamanho de estabelecimentos. Logo em seguida, a tabela 18 traz um resumo, por região, dos dados referentes ao número de estabelecimentos e empregos dessa indústria, no que se refere às MPes.

**TABELA 15 - Micro e Pequenas Empresas por Região e Tamanho de Estabelecimento**

<b>SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO</b>								
Regiões/ Tamanho dos Estabelecimentos	<b>1990</b>		<b>1995</b>		<b>2000</b>		<b>2003</b>	
	Empresa	Vínculos	Empresa	Vínculos	Empresa	Vínculos	Empresa	Vínculos
<b>NORTE</b>								
Ate 4 e	1.548	2.804	2.045	3.562	2.841	4.969	3.197	5.549
De 5 a 9	721	4.742	744	4.939	1.182	7.945	1.342	8.976
De 10 a 19	583	8.002	652	8.859	1.020	14.024	1.200	16.508
De 20 a 49	433	13.114	516	16.227	719	22.259	903	27.326
De 50 a 99	185	12.749	210	14.859	295	20.915	344	23.826
<b>NORDESTE</b>								
Ate 4	7.575	14.647	10.743	19.383	14.059	25.701	15.838	28.844
De 5 a 9	2.967	19.745	3.709	24.277	5.337	35.192	5.693	37.498
De 10 a 19	2.063	27.901	2.263	30.482	3.338	45.311	3.882	52.728
De 20 a 49	1.435	43.833	1.506	45.818	2.317	70.266	2.615	78.410
De 50 a 99	593	41.227	598	41.528	828	57.736	858	59.410
<b>SUDESTE</b>								
Ate 4	58.867	104.768	62.478	106.746	62.447	112.951	63.974	113.968
De 5 a 9	21.056	139.760	21.649	143.514	24.456	163.004	25.575	170.324
De 10 a 19	15.197	207.356	15.709	214.488	18.418	251.610	19.850	271.189
De 20 a 49	11.863	363.261	11.374	349.728	12.833	391.626	13.550	413.233
De 50 a 99	4.851	336.269	4.672	325.796	4.632	323.190	5.001	347.419
<b>SUL</b>								
Ate 4	25.527	43.263	30.906	49.043	37.659	64.499	42.088	71.894
De 5 a 9	7.860	51.761	8.721	57.625	12.284	81.444	13.856	91.944
De 10 a 19	5.215	70.664	5.944	80.903	8.522	116.253	9.672	130.940

De 20 a 49	3.746	114.045	4.290	131.140	5.789	176.589	6.612	202.092
De 50 a 99	1.610	112.943	1.708	119.228	2.103	145.558	2.382	165.617
<b>CENTRO OESTE</b>								
Ate 4	4.858	8.216	5.982	9.707	7.484	12.970	8.657	14.660
De 5 a 9	1.493	9.862	1.731	11.422	2.651	17.561	3.009	19.938
De 10 a 19	860	11.442	1.105	14.961	1.962	26.751	2.258	30.636
De 20 a 49	587	17.484	727	21.931	1.204	36.054	1.403	42.301
De 50 a 99	180	12.529	240	16.467	354	24.437	427	29.492
<b>BRASIL</b>								
Ate 4	98.375	173.698	112.154	188.441	124.490	221.090	133.754	234.915
De 5 a 9	34.097	225.870	36.554	241.777	45.910	305.146	49.475	328.680
De 10 a 19	23.918	325.365	25.673	349.693	33.260	453.949	36.862	502.001
De 20 a 49	18.064	551.737	18.413	564.844	22.862	696.794	25.083	763.362
De 50 a 99	7.419	515.717	7.428	517.878	8.212	571.836	9.012	625.764

Fonte: RAIS 1990, 1995, 2000 e 2003.

TABELA 16- Micro e Pequenas Empresas por Região

<b>SETOR MANUFATUREIRO BRASILEIRO</b>								
Regiões	<b>1990</b>		<b>1995</b>		<b>2000</b>		<b>2003</b>	
	Empresa	Vínculos	Empresa	Vínculos	Empresa	Vínculos	Empresa	Vínculos
<b>NORTE</b>	3.470	41.411	4.167	48.446	6.057	70.112	6.986	82.185
<b>NORDESTE</b>	14.633	147.353	18.819	161.488	25.879	234.206	28.886	256.890
<b>SUDESTE</b>	111.834	1.151.414	115.882	1.140.272	122.786	1.242.381	127.950	1.316.133
<b>SUL</b>	43.958	392.676	51.569	437.939	66.357	584.343	74.610	662.487
<b>CENTRO OESTE</b>	7.978	59.533	9.785	74.488	13.655	117.773	15.754	137.027
<b>BRASIL</b>	181.873	1.792.387	200.222	1.862.633	234.734	2.248.815	254.186	2.454.722

Fonte: RAIS, a partir dos dados da tabela 15.

A tabela 16 permite-nos, em uma rápida análise, perceber que em todos os anos analisados, todas as regiões apresentaram, em termos absolutos, crescimento do número de suas MPEs. Dentre essas regiões destaca-se o Sudeste, vindo logo em seguida, a região Sul. São essas mesmas regiões que, em termos absolutos, também lideram a geração de empregos nas MPEs do setor manufatureiro.

Analisando mais detalhadamente essa tabela, percebemos que, em termos relativos, as regiões que mais crescem em estabelecimentos e empregos entre os anos 1990 e 2003 são: Norte (101,33% e 98,46%, respectivamente), Nordeste (97,40% e 74,34%, respectivamente) e Centro-Oeste (97,47% e 130,17%, respectivamente). Todas as regiões apresentaram crescimento superior ao Brasil, tanto em termos de MPEs e empregos.

Através das tabelas 15 e 16, quando comparados os períodos 1990-1995 (antes da implantação do SIMPLES) e 1995-2000 (depois da implantação do SIMPLES) percebemos uma grande diferença, tanto em termos de estabelecimentos, como também, em termos de

vínculos empregatícios. No primeiro período foram criados/formalizados 18.349 micros e pequenos estabelecimentos, levando 70.246 novos empregos. Já no segundo período essa criação/formalização foi de 34.512 MPEs e 386.182 empregos. Representando, em termos percentuais, crescimento de 88,09% e 449,76% para empresas e empregos criados/formalizados, respectivamente. Para o período 2000-2003 percebe-se uma queda desse crescimento, em relação ao período imediatamente anterior, 1995-2000.

As regiões Norte e Centro-Oeste se destacaram em termos de criação/formalização de empregos, 17,0% e 25,1% respectivamente, no período 1990-1995. Entre 1995-2000, foram as regiões Nordeste e Centro-Oeste as que mais empregaram com 45,0% e 58,1% respectivamente. E para o período 2000-2003 as regiões Norte (17,2%) e Centro-Oeste (16,3%) voltam a ser as que mais empregaram, igualmente ao período 1990-1995, entretanto, para a região Centro-Oeste, em menor quantidade.

As análises evidenciam uma forte influência na criação/formalização de empregos no período 1995-2000, período posterior à implantação do SIMPLES, o que nos leva a acreditar que esse sistema contribuiu para explicar, também, a variação do número de empregos do setor manufatureiro no período em questão.

A tabela 17 apresenta o total de vínculos empregatícios da indústria de transformação brasileira em 2003 e a proporção desses vínculos que estão na condição de optantes do SIMPLES, por tamanho e região.

TABELA 17- Vínculos Empregatícios por Tamanho de Estabelecimento

	Indústria de Transformação		
	2003		
	Total Vínculos Empregatícios	Optantes do SIMPLES	% <sup>25</sup>
NORTE			
Até 4	5.549	4.038	72,8
De 5 a 9	8.976	6.516	72,6
De 10 a 19	16.508	10.822	65,6
De 20 a 49	27.326	14.211	52,0
De 50 a 99	23.826	6.517	27,4

<sup>25</sup> Idem nota 23.

Total	82.185	42.104	51,2
NORDESTE			
Até 4	28.844	23.019	79,8
De 5 a 9	37.498	29.790	79,4
De 10 a 19	52.728	38.487	73,0
De 20 a 49	78.410	45.410	57,9
De 50 a 99	59.410	18.295	30,8
Total	256.890	155.001	60,3
SUDESTE			
Até 4	113.968	94.720	83,1
De 5 a 9	170.324	136.975	80,4
De 10 a 19	271.189	192.124	70,8
De 20 a 49	413.233	204.997	49,6
De 50 a 99	347.419	82.061	23,6
Total	1.316.133	710.877	54,0
SUL			
Até 4	71.894	62.710	87,2
De 5 a 9	91.944	77.248	84,0
De 10 a 19	130.940	100.063	76,4
De 20 a 49	202.092	110.180	54,5
De 50 a 99	165.617	51.800	31,3
Total	662.487	402.001	60,7
CENTRO OESTE			
Até 4	14.660	12.158	82,9
De 5 a 9	19.938	16.195	81,2
De 10 a 19	30.636	22.739	74,2
De 20 a 49	42.301	24.325	57,5
De 50 a 99	29.492	8.756	29,7
Total	137.027	84.173	61,4
BRASIL			
Até 4	234.915	196.645	83,7
De 5 a 9	328.680	266.724	81,2
De 10 a 19	502.001	364.235	72,6
De 20 a 49	763.362	399.123	52,3

De 50 a 99	625.764	167.429	26,8
Total	2.454.722	1.394.156	56,8

FONTE: MTE 2003.

Como percebido para o Brasil na tabela 14, a tabela 17 mostra que, na indústria de transformação, a maior proporção dos vínculos empregatícios gerados pelas MPEs, na condição de optantes do SIMPLES, está, também, nas empresas que empregam até 4 pessoas. Isso é percebido em todas as regiões brasileiras, destacando as regiões Sul e Sudeste, com respectivamente 87,2% e 83,1% de trabalhadores.

Semelhante ao Brasil, quando comparados os tamanhos de estabelecimentos do setor manufatureiro, em 2003, observa-se uma tendência decrescente do percentual de optantes do SIMPLES, em relação ao total de vínculos, em todas as regiões. Essa variação é mais significativa entre o primeiro e o último tamanho de MPE, o que confirma a influência do SIMPLES, principalmente, sobre as microempresas.

Em termos de regiões, não se observa variações significativas, sendo o Nordeste (51,2%) e o Centro-Oeste (61,4%) as regiões que apresentam as maiores variações em 2003.

O principal objetivo da tabela 22 é permitir que se faça um exercício comparativo da proporção dos vínculos empregatícios gerados pelas MPEs do setor manufatureiro, na condição de optantes do SIMPLES, entre os anos 1995 e 2000. Como não foi possível o acesso às exatas informações, quanto aos optantes do SIMPLES para esses anos, fez aqui, uma proxy a partir dos dados reais de 2003, constantes na tabela 17.

**TABELA 18 - Vínculos Empregatícios por Tamanho de Estabelecimento**

	Indústria de Transformação			
	1995		2000	
	Total Vínculos Empregatícios	Optantes do SIMPLES <sup>26</sup>	Total Vínculos Empregatícios	Optantes do SIMPLES <sup>27</sup>
NORTE				
Até 4	3.562	2.593	4.969	3.617
De 5 a 9	4.939	3.586	7.945	5.768
De 10 a 19	8.859	5.812	14.024	9.200
De 20 a 49	16.227	8.438	22.259	11.575
De 50 a 99	14.859	4.071	20.915	5.731
Total	48.446	24.804	70.112	35.897

<sup>26</sup> Proxy (tomando como base os optantes do ano de 2003 da Indústria de Transformação conforme tabela 17)

<sup>27</sup> Idem nota 27.

NORDESTE				
Até 4	19.383	15.468	25.701	20.509
De 5 a 9	24.277	19.276	35.192	27.942
De 10 a 19	30.482	22.252	45.311	33.077
De 20 a 49	45.818	26.529	70.266	40.684
De 50 a 99	41.528	12.791	57.736	17.783
Total	161.488	97.377	234.206	141.226
SUDESTE				
Até 4	106.746	88.706	112.951	93.862
De 5 a 9	143.514	115.385	163.004	131.055
De 10 a 19	214.488	151.858	251.610	178.140
De 20 a 49	349.728	173.465	391.626	194.246
De 50 a 99	325.796	76.888	323.190	76.273
Total	1.140.272	615.747	1.242.381	670.886
SUL				
Até 4	49.043	42.765	64.499	56.243
De 5 a 9	57.625	48.405	81.444	68.413
De 10 a 19	80.903	61.810	116.253	88.817
De 20 a 49	131.140	71.471	176.589	96.241
De 50 a 99	119.228	37.318	145.558	45.560
Total	437.939	265.829	584.343	354.696
CENTRO OESTE				
Até 4	9.707	8.047	12.970	10.752
De 5 a 9	11.422	9.275	17.561	14.260
De 10 a 19	14.961	11.101	26.751	19.849
De 20 a 49	21.931	12.610	36.054	20.731
De 50 a 99	16.467	4.891	24.437	7.258
Total	74.488	45.736	117.773	72.313
BRASIL				
Até 4	188.441	157.725	221.090	185.052
De 5 a 9	241.777	196.323	305.146	247.779
De 10 a 19	349.693	253.877	453.949	329.567
De 20 a 49	564.844	295.413	696.794	364.423
De 50 a 99	517.878	138.791	571.836	153.252
Total	1.862.633	1.057.976	2.248.815	1.277.327

FONTE: MTE, a partir dos dados da tabela 17

Por essa tabela, observa-se que todas as regiões apresentaram crescimento dos vínculos empregatícios nos anos de 1995 e 2000. As regiões que mais se destacaram na geração de empregos, nesses dois anos, foram as regiões Sul e Sudeste. Sendo a região norte a que menos gerou empregos no período em questão.

O crescimento da proporção dos vínculos empregatícios, na condição de optantes do SIMPLES, entre os anos 1995 e 2000, deu-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E em termos de tamanho, destacam-se as microempresas. Levando-nos as mesmas conclusões anteriores.

As estatísticas descritivas, observadas até aqui, confirmam a hipótese mencionada sobre a capacidade de geração de empregos relativamente maior nas microunidades



produtivas, no caso desse trabalho, do setor manufatureiro, no período 1985-2003. E, como já observado acima, o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), contribuiu para o aumento da formalização de vínculos empregatícios existentes nessas unidades.

## CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE IMPACTO DO SIMPLES SOBRE O EMPREGO

### 4.1 Amostra Disponível

Os dados utilizados foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Na referida base de dados, são disponibilizadas informações estatísticas relacionadas ao mercado de trabalho brasileiro.

A amostra selecionada inclui o total de estabelecimentos e de empregos existentes no país nos anos de 1985, 1995 e 2003, em níveis de Brasil, de regiões, e de Estado, por faixa de número de empregados.

As informações fornecidas pela RAIS abrangem apenas o setor formal da economia, não sendo possível fornecer informações sobre trabalhadores sem carteira assinada.

Um ponto a ser destacado para a seção de estabelecimentos é que a referida base de dados apresenta como opção o Indicador de RAIS Negativa. Tal indicador, quando não selecionado, indica o total de estabelecimentos que, no decorrer do ano, apresentou algum vínculo empregatício, mesmo se tal estabelecimento esteja no final do ano sem nenhum empregado. Quando selecionado, o mesmo apresenta, inclusive, o total de estabelecimentos que não teve nenhum vínculo empregatício no decorrer do ano (é o caso de estabelecimentos onde os membros da família são os próprios empregados). No ano de 1985, o Indicador de RAIS Negativa ainda não estava disponível, sendo apresentado a partir do ano de 1995. Para este trabalho, o indicador não será selecionado, já que o estudo compreende os anos de 1985, 1995 e 2003. Caso o indicador fosse selecionado, haveria uma grande divergência nos resultados para os anos do período em estudo, podendo comprometer a análise dos resultados.

#### 4.2 As Variáveis do Modelo Econométrico

Dentre o conjunto de variáveis existem duas dummies<sup>28</sup>, quais sejam:  $D_{1it}$  e  $D_{2t}$ , cujo papel é de grande importância para o estudo, pois a primeira representa o “tratamento”, no qual se diferenciam as regiões NE/NO/CO das regiões SU/SE e busca identificar a influência da localização geográfica por região na geração de empregos no setor manufatureiro brasileiro nos anos que compreende a análise. A segunda,  $D_{2t}$ , é uma dummy temporal e representa o “tratamento”, no qual se diferenciam os anos 1995 e 2003. Dessa forma, tentar-se-á verificar, se o advento do SIMPLES, implantado em 1996 influencia o total de empregos no setor manufatureiro brasileiro nos anos em análise.

O primeiro tratamento assume a seguinte característica: para as regiões NE/NO/CO, a variável ( $D_{1it}$ ) assume valor igual a 0 (zero). Para as regiões SU/SE, a variável ( $D_{1it}$ ) assume valor igual a 1 (um). Já o tratamento dado a variável  $D_{2it}$  possui as seguintes características: para o ano de 1995, a variável assume valor igual a 0 (zero). Para o ano de 2003, assume valor igual a 1 (um).

O quadro 2 apresenta as variáveis, dependente e explicativas, utilizadas no modelo econométrico.

#### QUADRO 2 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTE E EXPLICATIVAS

<sup>28</sup> As variáveis dummies ou binárias, também chamadas de artificiais ou dicotômicas, são muito usadas em Econometria Aplicada. Sua importância reside fundamentalmente na possibilidade de distinguir o comportamento de um fenômeno em períodos de tempo com características diversas ou em distintas unidades de observação em face de mudanças qualitativas em séries não temporais (Matos, 1997).

Variável dependente	Descrição
$Y_{it}$	Total de trabalhadores, onde $i = 1, 2, \dots, 27$ ; $t = 1985, 2003$
Variáveis explicativas	
$X_{it}$	Total de estabelecimentos, onde $i = 1, 2, \dots, 27$ $t = 1985, 2003$
$W_{it}$	Salário Médio <sup>29</sup>
$D_{1it}$	variável dummy em que 0 = NE/NO/CO e 1 = SU/SE
$D_{2it}$	variável dummy temporal em que 0 = 1995 (ano anterior a implantação do SIMPLES) e 1 = 2003.
$\varepsilon_{it}$	Resíduos da regressão, onde $i = 1, 2, \dots, 27$

#### 4.3. Emprego e salário como variáveis de diferenciação regional

Como percebido nos capítulos anteriores, as variáveis emprego e salário têm valores diferenciados entre as regiões e, ademais, crescem de forma distinta em direção à manutenção da diferença existente.

Utilizando um modelo linear simples, tentar-se-á verificar essas discrepâncias regionais através de um teste econométrico. Primeiramente, será verificado se a região geográfica ( $D_1$ ) influenciou o número de empregos gerados nos anos de 1985, 1995 e 2003 (modelo “a”) e posteriormente, se essa mesma variável influenciou o salário médio nesses mesmos anos (modelo “b”). Será verificado, também, se a hipótese nula,  $\beta = 0$  e  $\beta' = 0$ , é rejeitada ou não. No caso de rejeição, confirmar-se-á que a localização geográfica influenciou tanto o número de empregos, quanto o salário médio.

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta D_{1i} \quad (a) \quad i = 1, 2, \dots, 27$$

$$W_{it} = \beta'_0 + \beta' D_{1i} \quad (b) \quad i = 1, 2, \dots, 27$$

As tabelas 19 e 20 descrevem os resultados obtidos com a estimação dos modelos “a” e “b”, respectivamente, para o total de estabelecimentos e para as micro e pequenas empresas, para os anos de 1985, 1995 e 2003.

**TABELA 19 - Descrição dos Resultados para o Total de Estabelecimentos, Independente do Porte, e para as MPEs do Setor Manufatureiro.**

	Estimativas					
	1985		1995		2003	
	Total	MPEs	Total	MPEs	Total	MPEs

<sup>29</sup> Remuneração média em dezembro em salários mínimos (média aritmética das remunerações individuais em dezembro, em salários mínimos, de todos os vínculos) dos anos de 1985, 1995 e 2003 atualizada, pelo INPC calculado pelo IBGE a valores reais de 12/2003, pelo *site* www.bacen.gov.br.

Intercepto	36329.00	10337.40	39669.65	14221.10	54271.50	23805.10
t – Statistic	0.396772	0.419147	0.532938	0.537924	0.812871	0.824295
valor-p	0.6949	0.6787	0.5988	0.5954	0.4240	0.4176
Dummy (D <sub>it</sub> )	604703.0	179515.0	546617.3	211237.6	555832.6	258854.9
t – Statistic	3.362766	3.706151	3.739114	4.068420	4.238976	4.563903
Valor-p	0.0025	0.0010	0.0010	0.0004	0.0003	0.0001
R <sup>2</sup>	0.311450	0.354598	0.358662	0.398345	0.418184	0.454496
R <sup>2</sup> ajustado	0.283908	0.328782	0.333008	0.374279	0.394911	0.432676
F-Statistic	11.30819	13.73555	13.98098	16.55204	17.96892	20.82921
Valor crítico de F	2.917745	2.917745	2.917745	2.917745	2.917745	2.917745

- Quanto a escolha de  $\alpha$  (nível de significância) o mesmo é de 10%.
- Tabela formata a partir do programa EViews.

De acordo com os dados da tabela 19, observa-se que os coeficientes da variável  $D_{it}$  se revelaram estatisticamente significantes e positivos para os três anos da análise, rejeitando-se a hipótese nula de que  $\beta = 0$ . Isso implica que a região geográfica (variável dummy  $D_{it}$ ) influencia o total de empregos criados, tanto no total de estabelecimentos independente do porte, quanto para as MPEs. Percebe-se também que os coeficientes das MPEs são maiores nos anos de 1995 e 2003, o que pode indicar um maior número desses estabelecimentos nesses anos. Essa suposição é corroborada pela estatística descritiva.

O modelo apresenta  $R^2$  relativamente pequeno, indicando a possibilidade de outras variáveis explicarem o comportamento da variação do total de empregos.

**TABELA 20 - Descrição dos Resultados para o Total de Estabelecimentos, Independente do Porte, e para as Mpes do Setor Manufactureiro.**

	Estimativas					
	1985		1995		2003	
	Total	MPEs	Total	MPEs	Total	MPEs
Intercepto	809.3413	617.7623	668.5744	507.9289	630.2400	480.2400
t – Statistic	10.23067	13.78267	11.81453	13.05386	12.85130	16.69242
valor-p	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Dummy (D <sub>it</sub> )	357.7371	123.3602	380.2328	158.0315	346.5600	179.7600

t – Statistic	2.302521	1.401374	3.421238	2.067984	3.598210	3.181421
valor-p	0.0299	0.1734	0.0021	0.0491	0.0014	0.0039
R <sup>2</sup>	0.174961	0.072833	0.318891	0.146074	0.341188	0.288184
R <sup>2</sup> ajustado	0.141960	0.035746	0.291647	0.111917	0.314836	0.259711
F-Statistic	5.301605	1.963850	11.70487	4.276556	12.94712	10.12144
Valor crítico de F	2.917745	2.917745	2.917745	2.917745	2.917745	2.917745

- Quanto à escolha de  $\alpha$  (nível de significância) o mesmo é de 10%.
- Tabela formata a partir do programa EViews.

Nas regressões realizadas para os anos de 1985, 1995 e 2003, cujos dados constam na tabela 20, pode-se observar que os coeficientes da variável  $D_{lit}$  se revelaram estatisticamente significantes e positivos, com exceção do ano de 1985, para as MPEs. Ou seja, a hipótese nula de que  $\beta' = 0$  não foi rejeitada para as MPEs, no ano de 1985, o que significa que a localização geográfica não influenciou o salário médio das MPEs nesse ano.

Igualmente ao modelo “a” o modelo “b” apresentou  $R^2$  relativamente pequeno e um F estatístico que rejeita a hipótese nula de que os coeficientes estimados são estatisticamente insignificantes. Entretanto, para o ano de 1985, isso não aconteceu, uma vez que o valor da estatística F calculada, 1.963850, foi menor que o valor crítico, 2.917745.

#### 4.4 Mudança estrutural e a contribuição do SIMPLES

A metodologia econométrica a ser utilizada neste trabalho para estimar os parâmetros segue o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários<sup>30</sup>. Parte-se de uma função que estabelece a relação de causalidade entre número de trabalhadores (variável dependente) e as variáveis independentes (salário médio, número de estabelecimentos, localização geográfica e o SIMPLES).

Nesse sentido, o modelo geral é expresso pela função, abaixo especificado:

$$Y = f(X, W, D_1, D_2)$$

<sup>30</sup> Para uma abordagem mais formal desse método, consulte qualquer texto estatístico ou econométrico.

O modelo será estimado para o total de estabelecimentos, independente do porte, e para o total de micro e pequenas empresas (MPEs) do setor manufatureiro brasileiro para os anos de 1985, 1995 e 2003. Serão 27 observações referentes aos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

O modelo acima terá a especificação abaixo, para efeito de estimação:

$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 W_{it} + \beta_3 D_{1it} + \beta_4 D_{2it} + \varepsilon_{it}$ , sendo que  $i$  refere-se ao estado e  $t$  aos anos selecionados

Em um primeiro momento, estimaremos o modelo acima, excluindo dele a variável dummy  $D_2$  (temporal), permitindo-nos fazer uma análise das variáveis  $X$ ,  $W$  e  $D_1$ , nos anos de 1985, 1995 e 2003.

A tabela 21 descreve os resultados obtidos com a regressão para o total de estabelecimentos e para as micro e pequenas empresas.

**TABELA 21 - Descrição dos Resultados para o Total de Estabelecimentos, Independente do Porte, e para as Mpes do Setor Manufatureiro**

	Estimativas					
	1985		1995		2003	
	Total	MPEs	Total	MPEs	Total	MPEs
Intercepto	-18199.76	-2764.395	-2580.457	-10227.76	-66330.35	-22294.72
t – Statistic	-0.562916	-0.300173	-0.094988	-1.247758	-2.063703	-1.452739
valor-p	0.5789	0.7667	0.9251	0.2247	0.0505	0.1598
Total dos Estabelecimentos ( $X_{it}$ )	48.75532	14.51818	28.65080	10.70404	24.07269	11.03700
t – Statistic	31.14705	38.20193	34.970093	43.08294	26.59478	30.97484
valor-p	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Salário Médio ( $W_i$ )	5.106397	-1.754581	-9.667463	13.60376	89.83155	36.66918
t – Statistic	0.139071	-0.122491	-0.259576	0.874666	1.827667	1.161288
valor-p	0.8906	0.9036	0.7975	0.3908	0.0806	0.2574
Dummy ( $D_{1i}$ )	-188627.8	-40115.81	-116199.1	-29430.67	-131928.9	-38626.25
t – Statistic	36607.60	-5.066194	-3.613593	-4.025689	-4.052417	-3.275654
valor-p	0.0000	0.0000	0.0015	0.0005	0.0005	0.0033
$R^2$	0.985649	0.991366	0.988256	0.994125	0.985073	0.989904
$R^2$ ajustado	0.983778	0.990240	0.986725	0.993359	0.983126	0.988587

F-Statistic	526.5770	880.2934	645.1731	1297.336	505.9303	751.7109
Valor crítico de F	3.02799	3.02799	3.02799	3.02799	3.02799	3.02799

- Quanto à escolha de  $\alpha$  (nível de significância) o mesmo é de 10%.
- Tabela formata a partir do programa EViews.

De acordo com a tabela 21, verifica-se que as variáveis explicativas  $X_{it}$  e  $D_{1i}$  apresentam coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 10% para os anos em análise, tanto para o total de estabelecimentos quanto para as MPEs. Contudo, o modelo não apresenta coeficientes estatisticamente significantes para a variável salário médio, com exceção do ano de 2003, para o total de estabelecimento.

Observa-se para a variável dummy,  $D_1$ , coeficientes com magnitudes elevadas nos dois períodos, tanto para o total de estabelecimentos quanto para as MPEs, sendo estes coeficientes mais elevados para as MPEs. Pela tabela 21, percebe-se que a influência dessa variável foi menor nas regiões Sul e Sudeste ( $D_1=1$ ) e maior nas demais ( $D_1=0$ ). Tal comportamento deve-se ao fato que Sul e Sudeste têm salários maiores.

O  $R^2$  apresenta valores elevados, confirmando a influência dos estabelecimentos, do salário médio e da localização geográfica no total de trabalhadores do setor manufatureiro.

Apesar da estatística t se mostrar significativa apenas para as variáveis  $X_{it}$  e  $D_{1i}$ , o modelo apresentou um F estatístico que rejeita a hipótese nula de ausência de efeito para o conjunto das variáveis.

Agora, estimaremos o modelo geral (contendo a variável dummy  $D_2$  - SIMPLES), para o total de estabelecimentos e para as micro e pequenas empresas e para os períodos de 1985-2003 e 1995-2003. A tabela 22 descreve os resultados da estimação.

**TABELA 22 - Descrição dos Resultados para o Total de Estabelecimentos, Independente do Porte, e para as MPEs do Setor Manufatureiro.**

	Estimativas			
	1985 – 2003		1995 – 2003	
	Total	MPEs	Total	MPEs
Intercepto	-9218.274	-1350.533	4120.869	-9394.337
t – Statistic	-0.448997	-0.402864	0.557000	-5.199931
Prob.	0.6554	0.6888	0.5801	0.0000
Total dos estab. ( $X_i$ )	26.12657	9.724015	25.07256	10.29551
t – Statistic	14.17000	35.56563	64.50323	48.90036
Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Salário Médio (W)	45.22288	7.571989	-8.068977	13.01581
t – Statistic	1.779921	1.360285	-0.696189	4.143228

	Prob.	0.0813	0.1800	0.4896	0.0001
Dummy ( $D_{1t}$ )		-32979.21	1638.106	-66340.28	-20554.62
	t – Statistic	-1.416999	0.365947	-3.629646	-4.875639
	Prob.	0.1628	0.7160	0.0007	0.0000
Dummy ( $D_{2t}$ )		-43527.36	-4391.870	-16003.15	1015.590
	t – Statistic	-3.400873	-2.542955	-3.845352	1.648825
	Prob.	0.0013	0.0142	0.0003	0.1056
$R^2$		0.887145	0.989896	0.994016	0.995024
$R^2$ ajustado		0.877932	0.989071	0.993527	0.994618
F-Statistic		96.29617	1200.106	2034.790	2449.657

- Quanto à escolha de  $\alpha$  (nível de significância) o mesmo é de 10%.
- Tabela formata a partir do programa EViews.

Pela tabela 22 podemos perceber que a variável total de estabelecimentos ( $X_1$ ) apresenta coeficientes elevados e estatisticamente significantes, rejeitando-se assim, a hipótese nula de ausência de efeito. Ainda é possível perceber, que as MPEs apresentam coeficientes maiores no segundo período, 1995-2003.

Quanto à variável salário médio ( $W$ ), a mesma apresenta coeficientes significantes no primeiro período, 1985-2003, apenas para o total de estabelecimentos, e no segundo período, 1995-2003, apenas para as MPEs.

Quanto à variável dummy ( $D_{1t}$ ), localização geográfica, percebemos coeficientes significativos, apenas, para o segundo período em análise, tanto para o total de estabelecimentos quanto para as MPEs, implicando que, ao nível de significância adotado, essa variável influenciou a geração de empregos no setor manufatureiro brasileiro apenas no período 1995-2003.

Analisando a variável temporal  $D_{2t}$ , verificamos que a mesma apresenta coeficientes significativos e magnitudes elevadas para os dois períodos em análise, com exceção das MPEs do segundo período analisado. Sendo assim, para as demais, podemos rejeitar a hipótese nula de ausência de efeito.

Em todas as regressões, o  $R^2$  apresenta valores elevados para os dois períodos em análise, confirmando a influência das variáveis no total de vínculos empregatícios do setor em questão.

O comportamento da variável temporal,  $D_2$ , nos períodos em análise indica que o fator tempo teve importância para a geração de empregos. No primeiro período, 1985-2003, entre os fatores explícitos estão elementos como avanços tecnológicos, mudanças no



comportamento do consumidor, surgimento de novos competidores, liberalização da economia, mudanças políticas ou institucionais na economia brasileira, entre outros, levando a um novo nível de competitividade interna e externa. De uma forma talvez menos intensa, a implantação do SIMPLES pode ser considerada um desses elementos.

Já no segundo período, 1995-2003, todos esses fatores permanecem presentes, mas com uma intensidade menor do que o SIMPLES. A razão para isto está, em primeiro lugar, no ano de implantação do sistema, 1996, e segundo, na própria construção do modelo, onde a variável dummy  $D_2$  (SIMPLES) assumiu valores zero (para o ano de 1995) e 1 (para o ano de 2003). Em face desse tratamento é que podemos, de uma forma geral, denominar de quebra estrutural<sup>31</sup> os efeitos observados no primeiro período, 1985-2003 e de efeito SIMPLES, os observados no segundo período, 1995-2003.

O resultado de que a introdução do SIMPLES teve impacto sobre a formalização/criação das firmas, contribuindo para o aumento dos vínculos empregatícios, está em linha com o resultado encontrado por Thiessem (2003) ao demonstrar que a economia informal na Ucrânia aumenta com a maior complexidade do sistema tributário, e com Monteiro e Assunção (2002) ao verificarem que os elevados impostos são a principal causa da grande dimensão do setor informal.

Numa análise geral, pode-se afirmar que as variáveis explicativas,  $D_1$  e  $D_2$ , respectivamente localização geográfica e SIMPLES, apresentaram coeficientes mais elevados para as MPEs, mais especificamente, no segundo período, 1995-2003. Isso também foi verificado para a análise pontual de  $D_1$ , (Tabela 22). Tal fato não foi nenhuma surpresa uma vez que, nesse período, foi implantado o SIMPLES, no ano de 1996, contribuindo assim para uma maior formalização/criação de micro e pequenas empresas.

Os resultados obtidos aqui devem ser encarados mais como um indicativo do que uma conclusão definitiva. Isso porque existem certas limitações a serem desenvolvidas pelo trabalho futuramente. Por exemplo, o curto espaço de tempo disponível na amostra utilizada pode não ter captado o efeito real do SIMPLES na geração de empregos no setor manufatureiro. Também, a ausência de um maior número de variáveis independentes pode ser um fator que distorça o impacto do programa sobre a demanda por emprego. Por fim, a análise preliminar que foi feita em relação às variáveis independentes deve ser aprofundada. Isso é verdade principalmente em relação à questão do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

<sup>31</sup> Conceitualmente, quebra estrutural refere-se a qualquer evento ou política que provoque mudança nas condições sobre as quais a economia opera.

## 5. CONCLUSÃO

O estágio atual do debate em torno das MPEs comporta opiniões bastante dispare, indo desde as que lhes atribuem o papel das únicas capazes de absorver o crescente número de desempregados no setor manufatureiro até as que minimizam sua importância para a economia. Para os adeptos desta última opinião, o que não é o nosso caso, o recente interesse no estudo das MPEs não passaria de um modismo, fomentado por interpretações apressadas das estatísticas disponíveis e, ainda, por uma conjuntura econômica desfavorável, que estaria a beneficiar, temporariamente, um crescimento da importância das empresas de menor porte.

No Brasil, é priorizada a importância das MPEs na geração de empregos. Os resultados apresentados evidenciam que apesar das médias e grandes empresas ainda concentrarem o maior número de postos de trabalho do País, a sua participação relativa diminuiu no período entre 1985 e 2003. Em oposição, a participação das micro e pequenas empresas na geração e/ou formalização dos postos de trabalho formal no País aumentou ao longo do período analisado, atribuindo-lhes maior importância.

Analisando os dados da RAIS observa-se a existência, no Setor Manufatureiro, em 1985, de 141.548 estabelecimentos gerando mais de 5,2 milhões de empregos. Já 2003,

esses números passaram a ser 262.706 estabelecimentos gerando um pouco mais de 5,3 milhões de empregos. A análise mostra claramente que o maior crescimento dos vínculos, tanto em números absolutos como percentuais, ocorre nos estabelecimentos de menor porte e isso é confirmado por uma segunda evidência, a que vem da expansão do número de empresas. Fica evidente que o aumento do número de estabelecimentos declarantes esteve fortemente concentrado no caso da MPEs.

Na análise das regiões, duas se destacaram: o Sudeste, por obter maior concentração tanto de micro e pequenas empresas como de empregos gerados por este grupo de empresas; e o Centro-Oeste, que apresentou o maior crescimento quanto às participações relativas das MPEs no total de estabelecimentos e de postos de trabalho.

Dentre as explicações buscadas para entendermos o movimento de expansão recente do emprego formal acreditamos que, dentre as várias aventadas, a criação, em 1996, do SIMPLES parece a mais plausível, já que sustentada por evidências mais robustas. A descrição da simplificação e da redução da carga tributária trazidas por esse sistema deixou claras suas vantagens principalmente para as microempresas, reduzindo fortemente o que pagariam pelo regime alternativo de lucro presumido. Além disso, fora da menor tributação pelo SIMPLES, restaram ao empregador somente os encargos trabalhistas devidos por força do FGTS, apontando assim para um estímulo à utilização da mão de obra formal. As evidências mostram um vigoroso aumento no número de vínculos formais nos estabelecimentos de pequeno porte e uma forte expansão do número de micro e pequenas empresas.

No presente trabalho também foi feita uma análise econométrica simples da relação entre o número de estabelecimentos, localização geográfica, salário médio e a geração de empregos, além de verificar a influência do SIMPLES nessa relação.

De acordo com os resultados obtidos através da regressão de Mínimos Quadrados Ordinários, percebe-se que existe uma relação de importância entre as variáveis explicativas e a geração de empregos no setor manufatureiro.

Quanto à localização geográfica, representada pela variável dummy,  $D_1$ , quando analisada, somente em relação à geração de empregos (modelo “a”), seus coeficientes se revelaram estatisticamente significantes e positivos no nível de significância adotado, rejeitando-se a hipótese nula de que  $\beta = 0$ , implicando que a região geográfica influencia o total de empregos criados, tanto no total de estabelecimentos independente do porte, como também, para as MPEs nos anos em análise. Entretanto, quando  $D_1$  é analisada juntamente

com as demais variáveis explicativas (modelo geral), seus coeficientes se apresentam estatisticamente significantes somente para o período 1995-2003.

Em relação ao salário médio, o modelo “b” apresentou coeficientes, para a variável dummy ( $D_1$ ), estatisticamente significantes e positivos, com exceção do ano de 1985, para as MPEs, implicando dizer que a localização geográfica não influenciou o salário médio dessas empresas nesse ano.

Quanto ao SIMPLES, representado pela variável dummy  $D_2$ , esse consegue explicar a variação do número de empregos do setor manufatureiro brasileiro. Entretanto, no período 1985-2003 e para as MPEs, especificamente, isso não foi verificado. Porém, no período 1995-2003 essa relação se mostrou estatisticamente significativa e positiva, corroborando as estatísticas descritivas apresentadas neste trabalho.

Os resultados obtidos devem ser encarados mais como um indicativo do que uma conclusão definitiva. Isso porque existem certas limitações a serem desenvolvidas pelo trabalho futuramente. Por exemplo, o curto espaço de tempo disponível na amostra utilizada pode não ter captado o efeito real do SIMPLES na geração de empregos no setor manufatureiro. Também, a ausência de um maior número de variáveis independentes pode ser um fator que distorça o impacto do programa sobre o estoque de emprego. Por fim, a análise preliminar que foi feita em relação às variáveis independentes deve ser aprofundada. Isso é verdade principalmente em relação à questão do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. B., et al. **Identificação e Avaliação de Aglomerações Produtivas: uma proposta metodológica para o nordeste.** 1ª ed., Recife, IPSA/PIMES, 2003.

AMARAL FILHO, J. et al. **Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: o caso do Ceará.** Disponível em <[http://www.iplance.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART\\_4.pdf](http://www.iplance.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART_4.pdf)> Acesso em 20.08.2005.

ARAÚJO, Flávia T. de V. **Políticas de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Brasil e do Ceará: os casos do SIMPLES e do Ceará Empreendedor.** Fortaleza: UFC, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/clientes/porte/porte.asp>. Acesso em 15/02/2005

\_\_\_\_\_. **A Crescente Participação das Micro Firms no Total de Estabelecimentos e no Emprego.** Informe-se. Área de assuntos fiscais e de emprego, nº 36, janeiro, 2002.

BARROS, F. J. O. R., MODENESI, R. L. **Pequenas e Médias Indústrias: análise dos problemas, incentivos e sua contribuição ao desenvolvimento.** Relatório de Pesquisa, IPEA/INPES, n. 17.

BURNS, P., DEWHURST, J. **Small Business and Entrepreneurship.** Londres: Mc Millan, 1996.

CHAHAD, José Paulo Zeetano e MACEDO, Roberto. **A Evolução do Emprego no Período 1992-2001 e a Ampliação do Mercado Formal ao seu Final:** diagnóstico e perspectivas. FIPE: São Paulo, 2002.

DGPYME (Dirección General de Política de la PYME). **La Pequeña y Mediana Empresa en Espana:** políticas y realizaciones (1996-2000). Madri: DGPYME, 2000.

GUJARATI, N. Damodar. **Econometria Básica.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

IBGE. **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil: 2001.** Coordenação de Serviços e Comércio. Rio de Janeiro, 2003.

LEONE, N. M. G. **A Dimensão Física das Pequenas e Médias Empresas (PMEs):** a procura de um crédito homogeneizador. **Revista de Administração de Empresas**, v. 31, n. 2, p. 53-59, abr./jun. 1991.

MATOS, Orlando Carneiro de. **Econometria Básica:** teoria e aplicações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MONTEIRO, Joana C.M. **O Impacto da Lei do SIMPLES sobre a Formalização das Firmas.** Disponível em: <http://www.sbe.org.br/ebe26/048.pdf>. Acesso em: 22/03/2006.

NAJBERG, S. e PUGA, F. P. **O Ciclo de Vida das Firmas e seu Impacto no Emprego:** o caso brasileiro 1995/2000. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Revista v. 9, n. 18, p. 149-162.

PUGA, F.P. **Experiências de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan.** Rio de Janeiro: BNDES, 2000 (Texto para discussão, 75).

\_\_\_\_\_. **O Apoio Financeiro às Micro, Pequenas e Médias Empresas na Espanha, no Japão e no México.** Rio de Janeiro: BNDES, 2002 (Texto para discussão, 96).

RECEITA FEDERAL. **Experiência Brasileira na Tributação das Micro e Pequenas Empresas.** Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/TexConcat/Default.asp?Pos=2&Div=historico/EstTributarios/PalestrasCIATE/2000/Portugues/Experiencia/>. Acesso em 04/10/2005.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. **Base de dados estatísticos.** Brasília: RAIS. 2002. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Base de dados estatísticos.** Brasília: RAIS. 1985. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Base de dados estatísticos.** Brasília: RAIS. 1990. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Base de dados estatísticos.** Brasília: RAIS. 1995. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Base de dados estatísticos.** Brasília: RAIS. 2000. CD-ROM.

---

\_\_\_\_\_. **Base de dados estatísticos**. Brasília: RAIS. 2003. CD-ROM.

RODRIGUEZ. J. J. **Tratamento Tributário para as Microempresas – A experiência Argentina e Brasileira**. Foro interamericano de la micro empresa, 5. Rio de Janeiro, 2002.

SEBRAE. **MPE em Números**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/br/aprendasebrae/mpeemnumeros.asp>. Acesso em 04/10/2005.

TENDLER, J. **Small Firms, the Informal Sector, and the Devil's Deal**. IDS Bulletin (Institute of Development Studies at Sussex), v. 33, n. 3, July, 2002.

THIESSEM, U (1993). **The Impact of Fiscal Policy and Deregulation on Shadow Economies** in Transition Countries: the Cas of Ukraine, Public Choice, 114, 295-318.

VILLELA, André. **As Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1994, 23 p. (Textos para Discussão, 17).